RESOLUÇÃO Nº 103/90

DISPÕE SOBRE REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELO ART. 15, INCISO II, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, RESOLVE ADOTAR O SEGUINTE:

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 1º - A CÂMARA MUNICIPAL É O ÓRGÃO DO PODER LEGISLATIVO LOCAL, EXERCENDO FUNÇÕES LEGISLATIVAS ESPECÍFICAS DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E DE CONTROLE EXTERNO EXECUTIVO, DESEMPENHANDO AINDA AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO PRÓPRIAS, ATINENTES À GESTÃO DOS ASSUNTOS DE SUA ECONOMIA INTERNA.

ART. 2º - AS FUNÇÕES LEGISLATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL CONSISTEM NA ELABORAÇÃO DE LEIS, DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES SOBRE QUAISQUER MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO.

ART. 3º - AS FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA CONSISTEM NO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO, DESENVOLVIDAS PELO EXECUTIVO OU PELA PRÓPRIA CÂMARA, SEMPRE MEDIANTE O AUXÍLIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS.

ART. 4º - AS FUNÇÕES DE CONTROLE EXTERNO DA CÂMARA IMPLICAM NA VIGILÂNCIA DOS NEGÓCIOS DO EXECUTIVO EM GERAL, SOBRE OS PRISMAS DA CONSTITUCIONALIDADE, DE LEGALIDADE E DE ÉTICA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, COM A TOMADA DAS MEDIDAS SANEADORAS QUE SE FIZERAM NECESSÁRIAS.

PARÁGRAFO ÚNICO - ESTAS FUNÇÕES SERÃO EXERCIDAS, PRIMORDIALMENTE, PELA COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO.

ART. 5º - A GESTÃO DOS ASSUNTOS DE ECONOMIA INTERNA DA CÂMARA REALIZA-SE ATRAVÉS DA DISCIPLINA REGIMENTAL DE SUAS ATIVIDADES E DE ESTRUTURAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS AUXILIARES.

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA

ART. 6º - AS SESSÕES DA CÂMARA SERÃO REALIZADAS EM IMÓVEL DESTINADO AO SEU FUNCIONAMENTO OU EM LOCAL PARA TAL ADAPTADO DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, POR PROPOSIÇÃO DE UM DOS VEREADORES E APROVADO POR MAIORIA SIMPLES DOS SEUS INTEGRANTES, CONSIDERANDO-SE NULAS AS QUE SE REALIZAREM CONTRARIANDO O DISPOSTO NESTE ARTIGO, SALVO POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR PREVIAMENTE AUTORIZADA PELO PLENÁRIO.

ART. 7º - NO RECINTO DE REUNIÕES DE PLENÁRIO NÃO PODERÃO SER FIXADOS QUAISQUER SÍMBOLOS, QUADROS, FAIXAS, CARTAZES OU FOTOGRAFIAS QUE IMPLIQUEM PROPAGANDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA, IDEOLÓGICA, RELIGIOSA OU DE CUNHO PROMOCIONAL DE PESSOAS VIVAS, OU ENTIDADES DE QUALQUER NATUREZA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O DISPOSTO NESTE ARTIGO NÃO SE APLICA À COLOCAÇÃO DO BRASÃO OU BANDEIRA DA NAÇÃO, DO ESTADO OU DO MUNICÍPIO, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E BEM COMO DE FOTOGRAFIAS DE VEREADORES DO PRESENTE E DO PASSADO E OBRAS ARTÍSTICAS QUE VISEM PRESERVAR A MEMÓRIA DE VULTO EMINENTE DA HISTÓRIA DO PAÍS, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO.

ART. 8º - SOMENTE POR DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO E QUANDO O INTERESSE PÚBLICO O EXIGIR, PODERÁ O RECINTO DE REUNIÕES DA CÂMARA SER UTILIZADO PARA FINS ESTRANHOS À SUA FINALIDADE.

PARÁGRAFO ÚNICO - RESPEITADAS AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO "CAPUT" DO ARTIGO 7º.

ART. 9º - QUALQUER CIDADÃO PODERÁ ASSISTIR AS SESSÕES DA CÂMARA, EXCETO AS DE CARÁTER SECRETO, NA PARTE DO RECINTO QUE LHE É RESERVADA.

CAPÍTULO III

DA POSSE

ART. 10 - A CÂMARA MUNICIPAL REUNIR-SE-Á EM SESSÃO PREPARATÓRIA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DO PRIMEIRO ANO DE LEGISLATURA, PARA A POSSE DE SEUS MEMBROS.

§ 1º - SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR QUE MAIS RECENTEMENTE TENHA EXERCIDO CARGA NA MESA, OBSERVADA A HIERARQUIA OU, NA HIPÓTESE DE INEXISTIR TAL SITUAÇÃO, DO MAIS VOTADO ENTRE OS PRESENTES, OS VEREADORES PRESTARÃO COMPROMISSO E TOMARÃO POSSE, FAZENDO O SEGUINTE JURAMENTO: "PROMETO EXERCER, COM DIGNIDADE E DEDICAÇÃO O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, OBSERVANDO A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E PELO BEM GERAL DE SEUS HABITANTES".

§ 2º - O VEREADOR QUE NÃO TOMAR POSSE NA SESSÃO PREVISTA NESTE ARTIGO, DEVERÁ FAZÊ-LO NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, SALVO MOTIVO ACEITO PELA CÂMARA MUNICIPAL.

§ 3º - NO ATO DA POSSE, OS VEREADORES DEVERÃO DESINCOMPATIBILIZAR-SE E FAZER DECLARAÇÃO DE SEUS BENS, REPETIDO QUANDO DO TÉRMINO DO MANDATO, SENDO AMBOS TRANSCRITOS NO LIVRO DO PRÓPRIO, RESUMIDAS EM ATAS E DIVULGADAS PARA CONHECIMENTO PÚBLICO.

§ 4º - DECORRIDO O PRAZO DO PARÁGRAFO SEGUNDO E NÃO TENDO COMPARECIDO O VEREADOR PARA TOMAR POSSE, O PRESIDENTE DECLARARÁ EXTINTO O MANDATO E CONVOCARÁ O SUPLENTE, EXCETUANDO OS IMPOSSIBILITADOS POR DOENÇA COMPROVADA MEDIANTE ATESTADO MÉDICO.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DA CÂMARA

SEÇÃO I

DA FORMAÇÃO DA MESA E SUAS MODIFICAÇÕES

ART. 11 - IMEDIATAMENTE APÓS A POSSE OS VEREADORES REUNIR-SE-ÃO SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR QUE MAIS RECENTEMENTE TENHA EXERCIDO CARGO DA MESA, OBSERVADA A HIERARQUIA OU NA HIPÓTESE DE INEXISTIR TAL SITUAÇÃO, DO MAIS VOTADO, ENTRE OS PRESENTES E HAVENDO MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA, ELEGERÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO, OS COMPONENTES DA MESA, QUE FICARÃO AUTOMATICAMENTE EMPOSSADOS.

ART. 12 - A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL, COMPÕE DOS CARGOS DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, 1º SECRETÁRIO E 2º SECRETÁRIO SERÁ ELEITA MEDIANTE APRESENTAÇÃO ANTECIPADA DE CHAPAS COMPLETAS; EM UM SÓ ATO DE VOTAÇÃO; POR CHAPA, ATENDIDO, SEMPRE QUE POSSÍVEL, NA SUA COMPOSIÇÃO, O CRITÉRIO DE PROPORCIONALIDADE DA REPRESENTAÇÃO DE BANCADAS.

§ 1º - UM VEREADOR NÃO PODERÁ INTEGRAR MAIS DE UMA CHAPA SIMULTANEAMENTE, BEM COMO SER CANDIDATO A MAIS DE UM CARGO.

§ 2º - SERÃO CONSIDERADOS ELEITOS, OS VEREADORES INTEGRANTES DA CHAPA QUE ALCANÇAR A MAIORIA DOS VOTOS VÁLIDOS.

§ 3º - O MANDATO DA MESA SERÁ DE DOIS ANOS, VEDADA A RECONDUÇÃO PARA O MESMO CARGO NA ELEIÇÃO IMEDIATAMENTE SUBSEQÜENTE.

§ 4º - NA HIPÓTESE DE NÃO HAVER NÚMERO SUFICIENTE PARA ELEIÇÃO DA MESA, O VEREADOR QUE MAIS RECENTEMENTE TENHA EXERCIDO CARGO NA MESA OU NA HIPÓTESE DE INEXISTIR TAL SITUAÇÃO, O MAIS VOTADO ENTRE OS PRESSENTES PERMANECERÁ NA PRESIDÊNCIA E CONVOCARÁ SESSÕES DIÁRIAS ATÉ QUE SEJA ELEITA A MESA.

§ 5º - A ELEIÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA MESA REALIZAR-SE-Á OBRIGATORIAMENTE NA ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA, EMPOSSANDO-SE OS ELEITOS EM 1º DE JANEIRO.

§ 6º - QUALQUER COMPONENTE DA MESA PODERÁ SER DESTITUÍDO PELO VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL QUANDO FALTOSO, OMISSO OU INEFICIENTE NO DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

§ 7º - A DESTITUIÇÃO DE MEMBROS DA MESA DEPENDERÁ DE RESOLUÇÃO APROVADA PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA, ASSEGURADO O DIREITO DE DEFESA, DEVENDO A REPRESENTAÇÃO SER SUBSCRITA, OBRIGATORIAMENTE, POR VEREADOR.

ART. 13 - EM CASO DE EMPATE NAS ELEIÇÕES PARA MEMBRO DA MESA, PROCEDER-SE-Á AO SEGUNDO ESCRUTÍNIO PARA DESEMPATE E, SE O EMPATE PERSISTIR, O TERCEIRO ESCRUTÍNIO, APÓS O QUAL, SE AINDA NÃO TIVER HAVIDO DEFINIÇÃO, O CONCORRENTE MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS SERÁ PROCLAMADO VENCEDOR.

ART. 14 - VAGANDO QUALQUER CARGO DA MESA, SERÁ REALIZADA ELEIÇÃO PARA SEU PREENCHIMENTO NO EXPEDIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO SEGUINTE À VERIFICAÇÃO DA VAGA.

§ 1º - VAGANDO O CARGO DO PRESIDENTE, O VICE-PRESIDENTE ASSUMIRÁ AUTOMATICAMENTE, PROCEDENDO-SE A ELEIÇÃO PARA PREENCHER A VAGA DA VICE-PRESIDÊNCIA.

§ 2º - EM CASO DE RENÚNCIA TOTAL DA MESA, PROCEDER-SE-Á NOVA ELEIÇÃO NA SESSÃO IMEDIATAMENTE POSTERIOR ÀQUELA EM QUE SE DEU A RENÚNCIA, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR MAIS VOTADO DENTRE OS PRESENTES.

SESSÃO II

DA COMPETÊNCIA DA MESA

ART. 15 - A MESA É O ÓRGÃO DIRETOR DE TODOS OS TRABALHOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA.

§ 1º - A DIREÇÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS COMPETE AO PRESIDENTE, INTEGRADA A MESA DIRETORA DOS TRABALHOS PELO PRIMEIRO E SEGUNDO SECRETÁRIOS.

§ 2º - NA AUSÊNCIA DOS SECRETÁRIOS, O PRESIDENTE EFETIVO E OU EVENTUAL CONVIDARÁ VEREADORES PARA SECRETARIAREM A SESSÃO.

§ 3º - NÃO ESTANDO PRESENTE O PRESIDENTE, NEM SEUS SUBSTITUTOS, ASSUMIRÁ A PRESIDÊNCIA DA SESSÃO O VEREADOR MAIS VOTADO, QUE PROCEDERÁ NA FORMA DO PARÁGRAFO ANTERIOR.

ART. 16 - COMPETE À MESA DA CÂMARA PRIVATIVAMENTE, EM COLEGIADO, ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E NESTE REGIMENTO:

I - ORGANIZAR E REMETER AO PODER EXECUTIVO, NO PRAZO LEGAL, A PROPOSTA DO ORÇAMENTO DA CÂMARA, A FIM DE SER INCORPORADA AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO;

II - DISCRIMINAR AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO;

III - OPINAR SOBRE A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO E SUAS MODIFICAÇÕES;

IV - OPINAR PRIVATIVAMENTE SOBRE MOÇÕES, INDICAÇÕES E REQUERIMENTOS SUJEITOS A DISCUSSÃO NÃO PLENÁRIO;

V - APRESENTAR PRIVATIVAMENTE PROJETOS DE LEIS QUE CRIEM OU EXTINGAM CARGOS NOS SERVIÇOS E FIXEM OS RESPECTIVOS VENCIMENTOS;

VI - APRESENTAR PROJETOS DE RESOLUÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA E ELABORAR O SEU REGULAMENTO;

VIII - SOLICITAR QUE SEJAM POSTOS À DISPOSIÇÃO DA CÂMARA FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA;

IX - EXONERAR, DEMITIR, READMITIR, PROMOVER, APOSENTAR E LICENCIAR O PESSOAL DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS;

X - DECIDIR, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, RECURSOS CONTRA ATOS DA DIREÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA;

XI - DAR PARECER SOBRE PEDIDO DE INSERÇÃO DE TRABALHOS E DOCUMENTOS NOS ANAIS, EXCETO QUANDO LIDOS DA TRIBUNA;

XII - INTERPRETAR, CONCLUSIVAMENTE, EM GRAU DE RECURSO, O REGULAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS;

XIII - JULGAR AS LICITAÇÕES REALIZADAS PELA CÂMARA;

XIV - AUTORIZAR REPORTAGEM FOTOGRÁFICA, A FILMAGEM E A TRANSMISSÃO EM RÁDIO OU TELEVISÃO DAS SESSÕES DA CÂMARA; E

XV - ORIENTAR OS SERVIÇOS DA SECRETARIA DA CÂMARA.

SEÇÃO III

DA PRESIDÊNCIA

ART. 17 - O PRESIDENTE DA CÂMARA É A MAIS ALTA AUTORIDADE DA MESA, DIRIGINDO-A E AO PLENÁRIO, EM CONFORMIDADE COM AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM ESTE REGIMENTO INTERNO.

ART. 18 - AO PRESIDENTE DA CÂMARA COMPETE, ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA LEI ORGÂNICA E NESSE REGIMENTO INTERNO:

I - ZELAR PELAS PRERROGATIVAS E O BOM NOME DA CÂMARA, BEM COMO PELOS DIREITOS E IMUNIDADES DOS VEREADORES;

II - ASSINAR AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE DOS VEREADORES;

III - ASSINAR A CORRESPONDÊNCIA DESTINADA AOS CHEFES DOS PODERES DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DO MUNICÍPIO;

IV - ORDENAR E SUPERINTENDER AS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA;

V - ASSINAR OS ATOS DE SUA COMPETÊNCIA INCLUSIVE OS RELATIVOS AO FUNCIONALISMO DA CÂMARA;

VI - DESIGNAR E DISPENSAR PESSOAL DE SEU GABINETE E GABINETES DO VICE-PRESIDENTE, DOS SECRETÁRIOS, DOS PRESIDENTES DE COMISSÕES, MEDIANTE PROPOSTA DOS RESPECTIVOS TITULARES;

VII - REPRESENTAR A CÂMARA EM SUAS RELAÇÕES EXTERNAS OU DESIGNAR COMISSÕES PARA ESTE FIM;

VIII - CONVOCAR, DIRIGIR, SUSPENDER, ENCERRAR AS SESSÕES DA CÂMARA, BEM COMO PROPOR-LHE A PRORROGAÇÃO;

IX - DECIDIR SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA EM SECRETA NOS CASOS PREVISTOS NESTE REGIMENTO;

X - FAZER LER AS ATAS PELO SEGUNDO SECRETÁRIO, SUBMETÊ-LAS À DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E ASSINÁ-LAS DEPOIS DE APROVADAS;

XI - CONCEDER A PALAVRA AOS VEREADORES, NA ORDEM DE INSCRIÇÃO OU PEDIDO ORAL;

XII - INTERROMPER O ORADOR QUE FALAR CONTRA O VENCIDO OU FALTAR COM O DECORO PARLAMENTAR;

XIII - REITERAR AO ORADOR A ADVERTÊNCIA NAS HIPÓTESES DO INCISO ANTERIOR E HAVENDO INSISTÊNCIA RETIRAR-LHE A PALAVRA;

XIV - RETIRAR DA PAUTA OU DA ORDEM DO DIA QUALQUER MATÉRIA PARA CUMPRIMENTO DE DESPACHO, CORREÇÃO DO AVULSO OU A FIM DE SANAR QUALQUER OUTRA FALHA;

XV - POR EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A MATÉRIA A ISTO DESTINADA PODENDO ESTABELECER O PONTO DA QUESTÃO A SER VOTADA;

XVI - DECLARAR PREJUDICADO AS PROPOSIÇÕES;

XVII - DETERMINAR, À REQUERIMENTO DO AUTOR, RETIRADA DE PREPOSIÇÃO;

XVIII - CONVIDAR, QUANDO NECESSÁRIO O RELATOR OU O PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA EXPLICAR O PARECER DESTA;

XIX - DECLARAR REJEITADOS OS PROJETOS DE LEI, RESOLUÇÕES OU DECRETOS LEGISLATIVOS QUE: TIVEREM RECEBIDO QUANDO AO MÉRITO PARECER CONTRÁRIO DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS APRECIAREM;

XX - PRONUNCIAR O RESULTADO DA VOTAÇÃO E MANDAR PROCEDER A SUA VERIFICAÇÃO, QUANDO REQUERIDA;

XXI - ORGANIZAR A ORDEM DO DIA;

XXII - PROMULGAR AS PROPOSIÇÕES DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA CÂMARA, BEM ASSIM AS LEIS NÃO SANCIONADAS NO PRAZO CONSTITUCIONAL, OU QUE TIVEREM O VETO REJEITADO;

XXIII - MANDAR PROCEDER O CÁLCULO DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DOS PARTIDOS E BLOCOS NAS COMISSÕES, ANUNCIANDO O SEU RESULTADO, DE CUJA PROCLAMAÇÃO CABERÁ RECURSOS AO PLENÁRIO;

XXIV - ANUNCIAR A LEITURA DO EXPEDIENTE, DAR-LHE O COMPETENTE DESTINO E DISTRIBUIR AS MATÉRIAS ÀS COMISSÕES;

XXV - ANUNCIAR A ORDEM DO DIA E SUBMETER A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A MATÉRIA DELA CONSTANTE;

XXVI - DESIGNAR ORADORES PARA AS SESSÕES ESPECIAIS;

XXVII - CONVOCAR SUPLENTE DE VEREADORES;

XXVIII - REITERAR PEDIDOS DE INFORMAÇÕES AO PODER EXECUTIVO;

XXIX - JUSTIFICAR A AUSÊNCIA DE VEREADORES, INCLUSIVE COMPONENTES DA MESA, QUANDO SE ENCONTRAREM FORA DA CÂMARA EM COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO OU ESPECIAL;

XXX - EXPEDIR OS PROJETOS ÀS COMISSÕES E INCLUÍ-LOS NA PAUTA;

XXXI - NOMEAR OS MEMBROS DAS COMISSÕES ESPECIAIS CRIADAS POR DELIBERAÇÃO DA CÂMARA E DESIGNAR-LHES SUBSTITUTOS;

XXXII - DECLARAR A PERDA DE LUGAR DE MEMBROS DAS COMISSÕES;

XXXIII - DECLARAR EXTINTO O MANDATO DE PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADOR NOS CASOS ESTABELECIDOS EM LEI;

XXXIV - RESOLVER QUALQUER QUESTÃO DE ORDEM OU SUBMETÊ-LA AO PLENÁRIO QUANDO OMISSO O REGIMENTO;

XXXV - PROCEDER AS LICITAÇÕES PARA A COMPRA, OBRAS E SERVIÇOS DA CÂMARA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE; E

XXXVI - LICENCIAR-SE DA PRESIDÊNCIA QUANDO PRECISAR AUSENTAR-SE DO MUNICÍPIO POR MAIS DE 15 DIAS.

ART. 19 - O PRESIDENTE PODERÁ A QUALQUER MOMENTO FAZER COMUNICAÇÕES AO PLENÁRIO E INTERROMPER, QUANDO NECESSÁRIO, OS ORADORES, MAS NÃO PODERÁ TOMAR PARTE EM NENHUMA DISCUSSÃO, SALVO QUANDO FORA DE CADEIRA PRESIDENCIAL.

§ 1° - NENHUM VEREADOR PODERÁ INTERROMPER O PRESIDENTE OU COM ELE DIALOGAR.

§ 2° - O PRESIDENTE NÃO PODERÁ, SENÃO COMO MEMBRO DA MESA OFERECER PROJETOS, INDICAÇÕES E REQUERIMENTOS, NEM VOTAR, EXCETO NOS ESCRUTÍNIOS SECRETOS E NOS CASOS DE EMPATE EM VOTAÇÃO OSTENSIVA.

ART. 20 - SE QUALQUER VEREADOR COMETER, DENTRO DO RECINTO DA CÂMARA EXCESSO QUE DEVA SER REPRIMIDO, O PRESIDENTE CONHECERÁ O FATO E TOMARÁ AS SEGUINTES PROVIDÊNCIAS, CONFORME SUA GRAVIDADE:

I - ADVERTÊNCIA PESSOAL;

II - ADVERTÊNCIA EM PLENÁRIO;

III - CASSAÇÃO DE PALAVRAS;

IV - DETERMINAÇÃO PARA RETIRAR-SE DO PLENÁRIO;

V - SUSPENSÃO DA SESSÃO PARA ATENDIMENTO RESERVADO;

VI - CONVOCAÇÃO DE SESSÃO SECRETA PARA A CÂMARA DELIBERAR A RESPEITO; E

VII - PROPOSTA DE CASSAÇÃO DE MANDATO, POR INFRAÇÃO À LEI.

SEÇÃO IV

DA VICE-PRESIDÊNCIA

ART. 21 - ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NESTE REGIMENTO COMPETE AO VICE-PRESIDENTE:

I - SUBSTITUIR O PRESIDENTE EM SEUS IMPEDIMENTOS LEGAIS; E

II - PARTICIPAR DAS ATRIBUIÇÕES EM COLEGIADO DA MESA DISPOSTAS NO ARTIGO 16 DESTE REGIMENTO.

SEÇÃO V

DA SECRETARIA

ART. 22 - SÃO ATRIBUIÇÕES EM COLEGIADO DA MESA DISPOSTAS NO ARTIGO 16 DESTE REGIMENTO:

I - LER EM PLENÁRIO, NA ÍNTEGRA OU EM RESUMO, A CORRESPONDÊNCIA E DOCUMENTOS RECEBIDOS PELA CÂMARA, AS CONCLUSÕES DE PARECERES, AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS QUANDO SEUS AUTORES NÃO AS TIVEREM LIDO OU QUAISQUER OUTROS PAPÉIS QUE DEVAM CONSTAR DO EXPEDIENTE;

II - ENCAMINHAR A MATÉRIA DO EXPEDIENTE, DEPOIS DE DESPACHADA PELO PRESIDENTE;

III - RECEBER A CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DA CÂMARA, SALVO A DE COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE;

IV - RECEBER AS REPRESENTAÇÕES, PETIÇÕES, MEMORIAIS E CONVITES DIRIGIDOS À CÂMARA;

V - ASSINAR, DEPOIS DO PRESIDENTE AS ATAS DAS SESSÕES;

VI - AUTENTICAR O LIVRO DE PRESENÇA DOS VEREADORES, ORGANIZADO PELA SECRETARIA DA MESA;

VII - ANOTAR AS DISCUSSÕES E RESULTADOS DAS VOTAÇÕES DAS PROPOSIÇÕES, AUTENTICANDO AS ANOTAÇÕES COM SUA ASSINATURA, DEPOIS DA RESPECTIVA DATA;

VIII - FISCALIZAR E EFETUAR OS PAGAMENTOS DAS DESPESAS ORDINÁRIAS E DE OUTRA NATUREZA DE CARÁTER ESPECÍFICO DA CÂMARA, ASSINANDO JUNTAMENTE COM O PRESIDENTE, CHEQUE EMITIDOS PELA CÂMARA;

IX - DIRIGIR, INSPECIONAR E SUPERINTENDER OS TRABALHOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA, DETERMINANDO PROVIDÊNCIAS PARA O BOM ANDAMENTO DE SEUS SERVIÇOS;

X - DIRIGIR E ORGANIZAR AS PUBLICAÇÕES DOS TRABALHOS DA CÂMARA E ASSINÁ-LOS, QUANDO NECESSÁRIO;

XI - SUBSTITUIR O VICE-PRESIDENTE NAS SUAS AUSÊNCIAS E IMPEDIMENTOS;

XII - DAR AOS VEREADORES ESCLARECIMENTOS VERBAIS OU ESCRITOS SOBRE QUALQUER MATÉRIA QUE SE RELACIONE COM A SECRETÁRIA; E

XIII - AUTORIZAR A SAÍDA DOS VEÍCULOS DA CÂMARA, BEM COMO CONTROLAR O CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS.

ART. 23 - SÃO ATRIBUIÇÕES DE SEGUNDO SECRETÁRIO ALÉM DE OUTRAS PREVISTAS NESTE REGIMENTO:

I - LER AS ATAS DAS SESSÕES E ASSINA-LAS DEPOIS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO;

II - SUBSTITUIR O PRIMEIRO SECRETÁRIO EM SUAS FALTAS OU IMPEDIMENTOS E AUXILIA-LO NOS TRABALHOS A SEU CARGO;

III - FAZER CHAMADA DOS VEREADORES NO INÍCIO DA ORDEM DO DIA E NOS DEMAIS CASOS PREVISTOS NESTE REGIMENTO;

IV - SUPERINTENDER A REDAÇÃO DAS ATAS; E

V - REDIGIR E ESCREVER AS ATAS DAS SEÇÕES SECRETAS E ARQUIVÁ-LAS DEPOIS DE LACRADAS.

SEÇÃO VI

DO PLENÁRIO

ART. 24 - O PLENÁRIO É O ÓRGÃO DELIBERATIVO DA CÂMARA, CONSTITUÍDO PELO CONJUNTO DOS VEREADORES EM EXERCÍCIO COM NÚMERO LEGAL PARA DELIBERAR.

ART. 25 - AS DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO SERÃO POR MAIORIA ABSOLUTA OU DE 2/3 (DOIS TERÇOS), CONFORME AS DETERMINAÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, EXPRESSAS EM CADA CASO.

PARÁGRAFO ÚNICO - SEMPRE QUE NÃO HOUVER DETERMINAÇÃO EXPRESSA, AS DELIBERAÇÕES SERÃO TOMADAS POR MAIORIA SIMPLES DOS PRESENTES E MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

ART. 26 - OS VEREADORES SÃO AGRUPADOS POR SUAS LEGENDAS PARTIDÁRIAS, CABENDO-LHES ESCOLHER UM LÍDER, QUE OCASIONALMENTE PODERÁ SER SUBSTITUÍDO POR VICE-LÍDER.

ART. 27 - LÍDERES SÃO VEREADORES ESCOLHIDOS PELAS REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS PARA EXPRESSAR EM PLENÁRIO EM NOME DELAS O SEU PONTO DE VISTA SOBRE ASSUNTO EM DEBATE.

§ 1º - NA AUSÊNCIA DO LÍDER OU POR DETERMINAÇÃO DESTE FALARÃO OS VICE-LÍDERES.

§ 2º - OS PARTIDOS COMUNICARÃO À MESA OS NOMES DE SEUS LÍDERES E VICE-LÍDERES.

ART. 28 - AO PLENÁRIO CABE DELIBERAR SOBRE A MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL.

§ 1º - COMPETE À CÂMARA MUNICIPAL LEGISLAR, COM A SANÇÃO DO PREFEITO E RESPEITADAS AS NORMAS QUANTO A INICIATIVA SOBRE TODAS AS MATÉRIAS DE PECULIAR INTERESSE DO MUNICÍPIO, E ESPECIALMENTE:

I - DISPOR SOBRE OS TRIBUTOS MUNICIPAIS;

II - VOTAR O ORÇAMENTO E A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS;

III - DELIBERAR SOBRE EMPRÉSTIMOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO BEM COMO SOBRE A FORMA E OS MEIOS DE SEU PAGAMENTO;

IV - AUTORIZAR A CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS;

V - AUTORIZAR A CONCESSÃO DE USO DE BENS MUNICIPAIS E A ALIENAÇÃO DESTES, QUANDO IMÓVEIS;

VI - AUTORIZAR A AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE IMÓVEL QUANDO SE TRATAR DE DOAÇÃO COM ENCARGOS;

VII - AUTORIZAR A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS:

VIII - APROVAR E FISCALIZAR O PLANO DIRETOR URBANO; E

IX - AUTORIZAR OU APROVAR CONVÊNIOS, CONSÓRCIOS OU ACORDOS:

A) NO CASO DE PEDIDO DE APROVAÇÃO APÓS CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, CONSÓRCIO OU ACORDO ESTES TERÃO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA INÍCIO DE PROCESSO LEGISLATIVO A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA.

§ 2º - COMPETE PRIVATIVAMENTE À CÂMARA, ENTRE OUTRAS, AS SEGUINTES ATRIBUIÇÕES:

I - ELEGER A MESA, BEM COMO DESTITUÍ-LA NA FORMA DESTE REGIMENTO;

II - ELABORAR E MODIFICAR REGIMENTO INTERNO;

III - ORGANIZAR SUA SECRETARIA, DISPONDO SOBRE OS SEUS SERVIDORES, FIXANDO-LHES OS VENCIMENTOS;

IV - DAR POSSE AO PREFEITO E AO VICE-PREFEITO, CONHECER DA SUA RENÚNCIA E AFASTA-LO DEFINITIVAMENTE DO EXERCÍCIO DO CARGO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE;

V - CONCEDER LICENÇA AO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES PARA AFASTAMENTO DO CARGO, E AO PRIMEIRO PARA AUSENTAR-SE DO MUNICÍPIO POR MAIS DE 15 (QUINZE) DIAS;

VI - FIXAR E ATUALIZAR OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES;

VII - CRIAR COMISSÕES ESPECIAIS DE INQUÉRITO, POR PRAZO CERTO E SOBRE FATO DETERMINADO, QUE SE INCLUA NA COMPETÊNCIA MUNICIPAL MEDIANTE REQUERIMENTO DE 1/3 (UM TERÇO) DE SEUS MEMBROS, OU DE

QUALQUER VEREADOR, NESTE CASO MEDIANTE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO;

VIII - SOLICITAR INFORMAÇÕES AO PREFEITO SOBRE ASSUNTOS REFERENTE À ADMINISTRAÇÃO;

IX - JULGAR O PREFEITO E O VICE-PREFEITO NOS CASOS PREVISTOS EM LEI;

X - TOMAR E JULGAR AS CONTAS DE PREFEITO E DA MESA EXERCENDO A FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL PERTINENTE;

XI - CONCEDER TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO OU QUALQUER OUTRA HONRARIA OU HOMENAGEM A PESSOAS, MEDIANTE RESOLUÇÃO APROVADA PELO VOTO DE NO MÍNIMO 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS MEMBROS DA CÂMARA;

XII - REQUERER AO GOVERNADOR, PELO VOTO DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DE SEUS MEMBROS, A INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO, NOS CASOS PREVISTOS EM LEI;

XIII - APRECIAR OS VETOS DO PREFEITO;

XIV - SUGERIR AO PREFEITO E AOS GOVERNOS DO ESTADO E DA UNIÃO MEDIDAS CONVENIENTES AOS INTERESSES DO MUNICÍPIO; E

XV - AUTORIZAR A UTILIZAÇÃO DO RECINTO DA CÂMARA PARA FINS ESTRANHOS A SUA FINALIDADE, QUANDO FOR INTERESSE PÚBLICO.

SEÇÃO VII

DAS COMISSÕES

ART. 29 - AS COMISSÕES SÃO ÓRGÃOS TÉCNICOS CONSTITUÍDOS PELOS PRÓPRIOS MEMBROS DA CÂMARA, DESTINADAS, EM CARÁTER PERMANENTE OU TRANSITÓRIO, PROCEDER ESTUDOS, EMITIR PARECERES ESPECIALIZADOS E REALIZAR INVESTIGAÇÕES.

ART. 30 - NA CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES ASSEGURAR-SE-Á TANTO QUANTO POSSÍVEL, A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS.

ART. 31 - AS COMISSÕES DA CÂMARA SÃO DE 3 (TRÊS) ESPÉCIES:

I - PERMANENTES;

II - ESPECIAIS; E

III - DE REPRESENTAÇÃO.

ART. 32 - AS COMISSÕES PERMANENTES TÊM POR OBJETIVO ESTUDAR OS ASSUNTOS SUBMETIDOS AO SEU EXAME, MANIFESTANDO SOBRE ELES À OPINIÃO, E PREPARAR POR INICIATIVA PRÓPRIA OU INDICAÇÃO DO PLENÁRIO, PROJETOS DE LEI ATINENTES À SUA ESPECIALIDADE.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA SÃO 9 (NOVE), COMPOSTAS, CADA UMA DE 3 (TRÊS) VEREADORES, COM AS SEGUINTES DENOMINAÇÕES:

I - LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL;

II - FINANÇAS E ORÇAMENTO;

III - EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL;

IV - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO;

V - OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS;

VI - PROTEÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE;

VII - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR;

VIII - PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO EXECUTIVO; E

IX - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA.

ART. 33 - A ELEIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES SERÁ FEITA POR MAIORIA SIMPLES, EM VOTAÇÃO PÚBLICA, CONSIDERANDO-SE ELEITO, EM CASO DE EMPATE, O MAIS VOTADO PARA VEREADOR.

§ 1º - NA ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES, NÃO PODERÃO SER ELEITOS PARA INTEGRÁ-LAS O PRESIDENTE DA CÂMARA, O VEREADOR QUE NÃO SE ACHAR EM EXERCÍCIO E O SUPLENTE DESTE.

§ 2º - O VICE-PRESIDENTE, O 1º (PRIMEIRO) E O 2º (SEGUNDO), SECRETÁRIOS, SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DE COMISSÕES PERMANENTES QUANDO NÃO SEJA DE OUTRA FORMA POSSÍVEL COMPÔ-LA ADEQUADAMENTE.

ART. 34 - AS COMISSÕES, LOGO QUE CONSTITUÍDAS, REUNIR-SE-ÃO PARA ELEGER OS RESPECTIVOS PRESIDENTES E SECRETÁRIOS E DELIBERAREM SOBRE OS DIAS DE REUNIÕES E ORDEM DOS TRABALHOS, OS QUAIS SERÃO CONSIGNADOS EM LIVRO PRÓPRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - CASO A COMISSÃO NÃO SE REÚNA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA A ESCOLHA DO PRESIDENTE E SECRETÁRIO, SERÃO CONSIDERADOS TITULARES DOS RESPECTIVOS CARGOS, ENTRE OS PARTICIPANTES, OS VEREADORES MAIS VOTADOS.

ART. 35 - OS MEMBROS DAS COMISSÕES SERÃO DESTITUÍDOS SE NÃO COMPARECEREM A 5 (CINCO) REUNIÕES CONSECUTIVAS.

ART. 36 - NOS CASOS DE VAGA, LICENÇA OU IMPEDIMENTO DOS MEMBROS DA COMISSÃO, CABERÁ AO PRESIDENTE DA CÂMARA A DESIGNAÇÃO DO SUBSTITUTO, ESCOLHIDO SEMPRE QUE POSSÍVEL, DENTRO DA MESMA LEGENDA PARTIDÁRIA.

ART. 37 - COMPETE AOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES:

I - DETERMINAR O DIA DE REUNIÃO DA COMISSÃO, DANDO CIÊNCIA À MESA;

II - CONVOCAR REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DA COMISSÃO;

III - PRESIDIR AS REUNIÕES E ZELAR PELA ORDEM DOS TRABALHOS;

IV - RECEBER A MATÉRIA DESTINADA À COMISSÃO E DESIGNAR-LHE RELATOR;

V - ZELAR PELA OBSERVÂNCIA DOS PRAZOS CONCEDIDOS À COMISSÃO; E

VI - REPRESENTAR A COMISSÃO PERANTE À MESA DA CÂMARA E PLENÁRIO.

§ 1º - O PRESIDENTE PODERÁ FUNCIONAR COMO RELATOR E TERÁ DIREITO A VOTO.

§ 2º - POR ATOS DO PRESIDENTE CABE DE QUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO, RECURSO AO PLENÁRIO.

ART. 38 - COMPETE À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL OPINAR EM TODAS AS PROPOSIÇÕES, SOBRE O ASPECTO DE

CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, BEM COMO QUANTO AO ASPECTO GRAMATICAL E LÓGICO.

PARÁGRAFO ÚNICO - QUANDO A COMISSÃO CONCLUIR CONTRARIAMENTE AO PROJETO, O PARECER SERÁ APRECIADO PELO PLENÁRIO E, SE REJEITADO, PROSSEGUIRÁ O PROCESSO.

ART. 39 - COMPETE À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO EMITIR PARECER SOBRE:

I - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA;

II - PRESTAÇÃO DE CONTAS AO PREFEITO E DA MESA DA CÂMARA;

III - PROPOSIÇÕES REFERENTES A MATÉRIA TRIBUTÁRIA, ABERTURA DE CRÉDITOS, EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ALTEREM A DESPESA OU A RECEITA DO MUNICÍPIO, ACARRETEM RESPONSABILIDADE AO ERÁRIO MUNICIPAL OU INTERESSE AO CRÉDITO PÚBLICO; E

IV - PROPOSIÇÕES QUE FIXEM OS VENCIMENTOS DO FUNCIONALISMO E OS SUBSÍDIOS E A VERBA DE REPRESENTAÇÃO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, PRESIDENTE DA CÂMARA E DEMAIS MEMBROS DA MESA.

ART. 40 - COMPETE À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DAR PARECER SOBRE.

I - ASSUNTOS RELATIVOS E EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICA OU PARTICULAR;

II - DESENVOLVIMENTO CULTURAL;

III - ATIVIDADES ESPORTIVAS E POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DOS ESPORTES; E

IV - PROJETOS REFERENTES A EDUCAÇÃO, ENSINO, ARTES, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, AOS ESPORTES, À HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA E ÀS OBRAS ASSISTENCIAIS.

ART. 41 - A COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO COMPETE DAR PARECER SOBRE:

I - TODOS OS PROJETOS E MATÉRIAS QUE VERSEM SOBRE ASSUNTOS RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS EM GERAL:

A) AGRICULTURA, CAÇA E PESCA;

B) RECURSOS RENOVÁVEIS, FLORA, FAUNA E SOLO;

C) ESTÍMULO FINANCEIROS E CREDITÍCIOS; E

D) ASPECTOS LIGADOS À DISTRIBUIÇÃO DA TERRA.

ART. 42 - À COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS COMPETE OPINAR SOBRE:

I - MATÉRIAS REFERENTES A QUAISQUER OBRAS, EMPREENDIMENTOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E AINDA SOBRE ASSUNTO LIGADOS ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS, OFICIAIS OU PARTICULARES;

II - APROVAR O PLANO DIRETOR URBANO E FISCALIZAR SUA EXECUÇÃO; E

III - AVALIAR E PROPOR MEDIDAS QUANTO AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO E ESPECIALMENTE SOBRE:

A) PERMISSÕES E CONCESSÕES;

B) FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E

C) CIRCULAÇÃO, ESTACIONAMENTO, ESTAÇÕES E TRÁFEGO.

IV - AVALIAR E PROPOR MEDIDAS E OPINAR QUANTO A CONSTRUÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES DE:

A) CEMITÉRIOS;

B) MATADOUROS;

C) MERCADOS;

D) FEIRAS-LIVRES; E

E) EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS.

ART. 43 - À COMISSÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMPETE MANIFESTAR-SE SOBRE MATÉRIA QUE DIRETA OU

INDIRETAMENTE SE RELACIONE COM A PRESERVAÇÃO DO MEIO ECOLÓGICO E AMBIENTAL.

ART. 44 - À COMISSÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR COMPETE MANIFESTAR-SE SOBRE:

I - PADRONIZAÇÃO, SELEÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, ANIMAIS E INDUSTRIAIS DE CONSUMO PÚBLICO;

II - FISCALIZAÇÃO NO COMÉRCIO, FEIRAS LIVRES, HOTÉIS, RESTAURANTES, LANCHONETES, CASAS DE DIVERSÃO E LAZER; E

III - ELABORAR, PROPOR E ACIONAR MECANISMOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS QUE COÍBAM: ENGANO, EXPLORAÇÃO, ABUSO DE PODER ECONÔMICO, CARTELIZAÇÃO E MONOPÓLIO QUE PREJUDIQUEM O CONSUMIDOR.

ART. 45 - A COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO COMPETE:

I - ANALISAR E EMITIR PARECER JUNTAMENTE COM A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ÀS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO E DA CÂMARA MUNICIPAL E AO PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO;

II - ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, QUANTO À CRONOGRAMA, PROGRAMA, SUBPROGRAMAS, ATIVIDADES, SERVIÇOS, OBRAS E INVESTIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA, FACE ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS; E

III - ACIONAR MECANISMOS LEGAIS E ÓRGÃOS AUXILIARES À SUA FUNÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E NESTE REGIMENTO.

ART. 46 - COMPETE A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA:

I - DESENVOLVER ESTUDOS E ELABORAR PROJETOS RELATIVOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ATINENTES À INTEGRIDADE FÍSICA, MENTAL DA PESSOA HUMANA, BEM COMO SEUS DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICOS, VISANDO A SUA PROTEÇÃO E AMPARO;

II - FISCALIZAR, NA ESFERA DE SUA COMPETÊNCIA, A ATUAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS NO QUE DIZ RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS E POLÍTICOS, ENCAMINHANDO, VERIFICADA QUALQUER

IRREGULARIDADE, O CASO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES, PODENDO AINDA ADOTAR OUTRAS MEDIDAS PREVISTAS EM LEI;

III - PRESTAR COLABORAÇÃO ÀS ENTIDADES DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E CONGÊNERES;

IV - LEVAR AO CONHECIMENTO DAS AUTORIDADES COMPETENTES TODA E QUALQUER OFENSA AOS DIREITOS HUMANOS E/OU DIREITOS DO CIDADÃO; E

V - PATROCINAR, NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA, A DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA, TÃO BEM COMO AS GARANTIAS E DIREITOS HUMANOS E CIVIS QUE SE FIZERAM NECESSÁRIOS E/OU QUE O INTERESSE PÚBLICO EXIGIR.

ART. 47 - POR PROPOSTA DE QUALQUER VEREADOR, APROVADA POR 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS SEUS MEMBROS, AS COMISSÕES PODERÃO CONVOCAR OU CONVIDAR QUALQUER PREPOSTO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA DEBATER ASSUNTO DE SUA COMPETÊNCIA, BEM ASSIM PROMOVER O DESLOCAMENTO DE SEUS MEMBROS À DIVERSAS REGIÕES DO MUNICÍPIO PARA ESTUDO DE SUA PROBLEMÁTICA.

ART. 48 - AO PRESIDENTE DA CÂMARA CABE, DENTRO DO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 3 (TRÊS) DIAS A CONTAR DA DATA DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES PELO PLENÁRIO, ENCAMINHA-LAS À COMISSÃO COMPETENTE PARA EXARAR PARECER.

PARÁGRAFO ÚNICO - TRATANDO-SE DE PROJETO DE INICIATIVA DO PREFEITO COM SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA, O PRESIDENTE ENCAMINHARÁ À COMISSÃO COMPETENTE EM 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, IMPRORROGÁVEL, APÓS SUA APRECIAÇÃO PELO PLENÁRIO.

ART. 49 - O PRAZO PARA A COMISSÃO EXARAR PARECER SERÁ DE 07 (SETE) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA MATÉRIA PELO PRESIDENTE DA MESMA, PRORROGÁVEIS POR MAIS 07 (SETE) DIAS, EM RECURSO APROVADO PELO PLENÁRIO.

§ 1º - O PRESIDENTE DA COMISSÃO DESIGNARÁ UM RELATOR QUE TERÁ O PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS PARA APRESENTAR PARECER, A PARTIR DO RECEBIMENTO DA MATÉRIA.

§ 2º - É DE 07 (SETE) DIAS O PRAZO PARA QUALQUER COMISSÃO PERMANENTE PRONUNCIAR-SE, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DA MATÉRIA PELO SEU PRESIDENTE.

§ 3º - FINDO O PRAZO, SEM QUE O PARECER SEJA APRESENTADO, O PRESIDENTE DA COMISSÃO AVOCARÁ O PROCESSO, EMITIRÁ O PARECER E A MATÉRIA SERÁ INCLUÍDA NA ORDEM DO DIA PARA DELIBERAÇÃO.

§ 4º - QUANDO SE TRATAR DE PROJETO DE INICIATIVA DO PREFEITO, EM QUE TENHA SIDO SOLICITADA URGÊNCIA, OS PRAZOS DESTE ARTIGO SERÃO REDUZIDOS À METADE.

§ 5º - TRATANDO-SE DE PROJETO DE CÓDIGO, SERÃO TRIPLICADOS OS PRAZOS CONSTANTES DESTE ARTIGO, PRORROGÁVEIS POR DECISÃO DO PLENÁRIO.

ART. 50 - AS COMISSÕES PODERÃO SOLICITAR DO PREFEITO, POR INTERMÉDIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E INDEPENDENTEMENTE DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, TODAS AS INFORMAÇÕES QUE JULGAREM NECESSÁRIAS, AINDA QUE NÃO SE REFIRAM ÀS PROPORÇÕES ENTREGUES À SUA APRECIAÇÃO, DESDE QUE O ASSUNTO SEJA DE ESPECIALIDADE DA COMISSÃO.

§ 1º - SEMPRE QUE A COMISSÃO SOLICITAR INFORMAÇÕES AO PREFEITO, FICA INTERROMPIDO O PRAZO A QUE SE REFERE O ARTIGO 48 ATÉ O MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS, FINDO O QUAL DEVERÁ A COMISSÃO EXARAR O SEU PARECER.

§ 2º - RECEBIDO O PARECER PRÉVIO, A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇA, SOBRE ELE E SOBRE AS CONTAS DARÁ O SEU PARECER, EM 15 (QUINZE) DIAS, PRORROGÁVEIS POR MAIS 15 (QUINZE) DIAS.

SEÇÃO VIII

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

ART. 51 - AS COMISSÕES TEMPORÁRIAS, CUJO NÚMERO DE MEMBROS SERÁ DEFINIDO NO ATO DE SUA CRIAÇÃO, COMPREENDEM:

I - AS ESPECIAIS;

II - AS DE INQUÉRITO; E

III - AS DE REPRESENTAÇÃO.

SUBSEÇÃO I

DAS COMISSÕES ESPECIAIS

ART. 52 - AS COMISSÕES ESPECIAIS SERÃO CONSTITUÍDAS PARA FINS RELEVANTES, COM TEMPO DE DURAÇÃO PRÉ-ESTABELECIDO, POR PROPOSTA DA MESA OU A REQUERIMENTO DE 1/3 (UM TERÇO) DOS MEMBROS DA CÂMARA.

ART. 53 - DEVERÃO SER CRIADAS, NECESSARIAMENTE, COMISSÕES ESPECIAIS PARA:

I - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, ORDINÁRIA, OU PARA EMISSÃO DE PARECER SOBRE ESSAS MESMAS MATÉRIAS;

II - ORGANIZAÇÃO DE PROJETOS DE REFORMA OU EMENDA À LEI ORGÂNICA; E

III - PROCESSO RELATIVO A PERDA DE MANDATO DE VEREADOR.

SUBSEÇÃO II

DAS COMISSÕES DE INQUÉRITO

ART. 54 - AS COMISSÕES DE INQUÉRITO SERÃO CRIADAS SOBRE FATO DETERMINADO E POR PRAZO CERTO, MEDIANTE REQUERIMENTO DE 1/3 (UM TERÇO) DOS MEMBROS DA CÂMARA OU DE QUALQUER VEREADOR, NESTE CASO MEDIANTE DELIBERAÇÃO PLENÁRIA, SENDO SUAS CONCLUSÕES, SE FOR O CASO, ENCAMINHADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA QUE ESTA PROMOVA A RESPONSABILIDADE CIVIL OU CRIMINAL DOS INFRATORES.

ART. 55 - CONSTITUÍDA A COMISSÃO DE INQUÉRITO, CABE-LHE REQUISITAR POR INTERMÉDIO DA MESA, OS FUNCIONÁRIOS DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA, NECESSÁRIOS AOS SEUS TRABALHOS, BEM COMO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, SOLICITAR OS DE QUALQUER ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO OU JUDICIÁRIO QUE POSSAM COLABORAR NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.

ART. 56 - NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, PODERÁ A COMISSÃO DETERMINAR DILIGÊNCIA, OUVIR INDICIADOS, INQUERIR TESTEMUNHAS, REQUISITAR DE REPARTIÇÕES PÚBLICAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, OUVIR VEREADORES, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E AUTORIDADES ESTADUAIS OU MUNICIPAIS.

§ 1º - INDICIADOS E TESTEMUNHAS SERÃO INTIMADOS DE ACORDO COM AS PRESCRIÇÕES DA LEGISLAÇÃO PENAL. EM CASO JUSTIFICADO, A INTIMAÇÃO SERÁ SOLICITADA AO JUIZ CRIMINAL DA COMARCA EM QUE ESTEJA O INDICIADO OU A TESTEMUNHA NA FORMA DO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL.

§ 2º - O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO PODERÁ INCUMBIR QUALQUER DOS SEUS MEMBROS PARA REALIZAÇÃO DE SINDICÂNCIA OU DILIGÊNCIA NECESSÁRIA AOS SEUS TRABALHOS.

ART. 57 - A COMISSÃO DE INQUÉRITO REDIGIRÁ RELATÓRIO, CONCLUINDO POR PROJETO DE RESOLUÇÃO, SE A CÂMARA FOR COMPETENTE PARA DELIBERAR SOBRE O ASSUNTO, OU INDICARÁ AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS EM CASO CONTRÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - SE FOREM DIVERSOS OS FATOS OBJETOS DO INQUÉRITO, A COMISSÃO DARÁ EM SEPARADO, SOBRE CADA UM, PODENDO FAZÊ-LO ANTES MESMO DE FINDAR AS INVESTIGAÇÕES DOS DEMAIS.

ART. 59 - SALVO DELIBERAÇÃO POR PARTE DA MAIORIA DA CÂMARA, NÃO SE PERMITIRÁ A CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE INQUÉRITO ENQUANTO ESTIVEREM FUNCIONANDO 02 (DUAS) OU MAIS COMISSÕES DESTA NATUREZA.

SUBSEÇÃO III

DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

ART. 60 - AS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO QUE ATUARÃO EM NOME DA CÂMARA MUNICIPAL, EM SEUS ATOS EXTERNOS, SERÃO CONSTITUÍDAS POR INICIATIVA DA MESA OU A REQUERIMENTO DE QUALQUER VEREADOR, NESTE CASO COM A APROVAÇÃO DO PLENÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - SERÁ CONSIDERADO PRESENTE À SESSÃO O VEREADOR COMPONENTE DE COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO, NOS DIAS NECESSÁRIOS AO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES.

SUBSEÇÃO IV

DOS PARECERES

ART. 61 - INDEPENDENTEMENTE DE PUBLICAÇÃO, AS PROPOSIÇÕES, INCLUSIVE EMENDAS, SERÃO, LOGO APÓS A SUA APRESENTAÇÃO, ENCAMINHADAS ÀS COMISSÕES, POR CÓPIA.

ART. 62 - TERMINADO O PERÍODO DE PAUTA, AS COMISSÕES COMPETENTES APÓS O RECEBIMENTO DAS EMENDAS, OU CIENTIFICADAS DA SUA INEXISTÊNCIA, PRONUNCIAR-SE-ÃO SOBRE AS PROPOSIÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO - QUANDO HOUVER EMENDAS O PARECER NECESSARIAMENTE TAMBÉM SOBRE ELA SE MANIFESTARÁ.

ART. 63 - CADA PROPOSIÇÃO RECEBERÁ PARECER INDEPENDENTE, SALVO SE FOREM MATÉRIAS IDÊNTICAS E SEMELHANTES QUE TENHAM SIDO ANEXADAS.

ART. 64 - NO SEU PARECER AS COMISSÕES PODERÃO OFERECER EMENDAS ÀS PROPOSIÇÕES, OU PROPOR SUB-EMENDAS ÀS EMENDAS APRESENTADAS.

§ 1º - EM ÚNICA OU ÚLTIMA DISCUSSÃO DA PROPOSIÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, A COMISSÃO PODERÁ OFERECER SUBSTITUTIVO SE AS EMENDAS ALTERAREM O PROJETO DE TAL FORMA QUE EXIJAM UMA NOVA REFORMULAÇÃO DA MATÉRIA.

§ 2º - SE A COMISSÃO CONCLUIR PELA CONVENIÊNCIA DE DETERMINADA MATÉRIA A SER CONSUBSTANCIADA EM PROPOSIÇÃO INDEPENDENTE, FORMALIZARÁ O RESPECTIVO PROJETO.

ART. 65 - OS PARECERES SERÃO ORDINARIAMENTE ESCRITOS, ADMITINDO-SE CONTUDO A ORALIDADE NOS SEGUINTES CASOS:

I - NAS MATÉRIAS DE REGIME DE URGÊNCIAS;

II - QUANDO VERSAREM SOBRE EMENDAS À REDAÇÃO FINAL; E

III - QUANDO ESGOTADO O PRAZO DA COMISSÃO, FOR O PROJETO INCLUÍDA NA ORDEM DO DIA.

ART. 66 - SERÃO CONSIDERADOS FAVORÁVEIS AO PARECER, OS VOTOS QUE SE MANIFESTAREM DE ACORDO COM A CONCLUSÃO, AINDA QUE COM RESTRIÇÕES, REPUTANDO-SE CONTRÁRIOS AQUELES QUE DELA DIVIRJAM.

ART. 67 - SE A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL CONCLUIR PELA INCONSTITUCIONALIDADE DE QUALQUER PROPOSIÇÃO SEU PARECER SERÁ IMEDIATAMENTE INCLUÍDO NA ORDEM DO DIA, COMO PRELIMINAR, SOBRESTANDO-SE A MANIFESTAÇÃO DAS DEMAIS COMISSÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO - ACOLHIDA A PRELIMINAR, SERÁ O PROJETO ARQUIVADO. REJEITADA, VOLTARÁ A APRECIAÇÃO DAS DEMAIS COMISSÕES.

TÍTULO III

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DO EXERCÍCIO DA VERANÇA

ART. 68 - OS VEREADORES SÃO AGENTES POLÍTICOS INVESTIDOS DE MANDATO LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA UMA LEGISLATURA DE 4 (QUATRO) ANOS, ELEITO PELOS SISTEMA PARTIDÁRIO E DE REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, POR VOTO SECRETO E DIRETO.

ART. 69 - É ASSEGURADO AO VEREADOR:

I - PARTICIPAR DE TODAS AS DISCUSSÕES E VOTAR NAS DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO, SALVO QUANDO TIVER INTERESSE NA MATÉRIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, O QUE COMUNICARÁ AO PRESIDENTE;

II - VOTAR NA ELEIÇÃO DA MESA E DAS COMISSÕES PERMANENTES;

III - APRESENTAR PROPOSIÇÕES E SUGERIR MEDIDAS QUE VISEM AO INTERESSE COLETIVO, RESSALVADAS AS MATÉRIAS DE INICIATIVA EXCLUSIVA DO EXECUTIVO;

IV - CONCORRER AOS CARGOS DA MESA E DAS COMISSÕES, SALVO IMPEDIMENTO LEGAL OU REGIMENTAL; E

V - USAR DA PALAVRA EM DEFESA DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS, QUE VISEM AO INTERESSE PÚBLICO, SUJEITANDO-SE ÀS LIMITAÇÕES DESTE REGIMENTO.

ART. 70 - OS VEREADORES NÃO PODERÃO:

I - DESDE A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA;

A) FIRMAR OU MANTER CONTRATO COM O MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, FUNDAÇÕES OU EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, SALVO QUANDO O CONTRATO OBEDECER À CLÁUSULAS UNIFORMES; E

B) ACEITAR OU EXERCER CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO REMUNERADO, INCLUSIVE OS DE QUE SEJAM DEMISSÍVEIS "AD NUTUM" NAS ENTIDADES CONSTANTES DA ALÍNEA ANTERIOR.

II - DESDE A POSSE:

A) SER PROPRIETÁRIOS, CONTROLADORES OU DIRETORES DE EMPRESAS QUE GOZEM DE FAVOR DECORRENTE DE CONTRATO CELEBRADO COM O MUNICÍPIO OU NELES EXERCEREM FUNÇÃO REMUNERADA;

B) OCUPAR CARGO OU FUNÇÃO DE QUE SEJA DEMISSÍVEIS "AD NUTUM", NAS ENTIDADES REFERIDAS NA ALÍNEA "A" DO INCISO ANTERIOR;

C) PATROCINAR CAUSA EM QUE SEJA INTERESSADA QUALQUER DAS ENTIDADES A QUE SE REFERE A ALÍNEA "A" DO INCISO ANTERIOR; E

D) SER TITULARES DE MAIS DE UM CARGO OU MANDATO PÚBLICO ELETIVO.

ART. 71 - PERDERÁ O MANDATO O VEREADOR:

I - QUE INFRINGIR QUALQUER DAS PROIBIÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO ANTERIOR;

II - CUJO PROCEDIMENTO FOR DECLARADO INCOMPATÍVEL COM O DECORO PARLAMENTAR;

III - QUE DEIXAR DE COMPARECER EM CADA SESSÃO LEGISLATIVA À TERÇA PARTE DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA, SALVO EM CASO DE LICENÇA OU DE MISSÃO OFICIAL AUTORIZADA;

IV - QUE PERDER OU TIVER SUSPENSOS OS DIREITOS POLÍTICOS;

V - QUANDO O DECRETAR A JUSTIÇA ELEITORAL, NOS CASOS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

VI - QUE SOFRER CONDENAÇÃO CRIMINAL EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO;

VII - QUE DEIXAR DE RESIDIR NO MUNICÍPIO; E

VIII - QUE DEIXAR DE TOMAR POSSE, SEM MOTIVO JUSTIFICADO, DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO EM LEI ORGÂNICA E NESTE REGIMENTO.

§ 1° - EXTINGUE-SE O MANDATO, E ASSIM SERÁ DECLARADO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA QUANDO OCORRER FALECIMENTO OU RENÚNCIA POR ESCRITO, DO VEREADOR.

§ 2° - NOS CASOS DOS INCISOS I,II,VI E VII DESTE ARTIGO, A PERDA DO MANDATO SERÁ DECIDIDA PELA CÂMARA, POR VOTO NOMINAL E DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS MEMBROS DA CÂMARA, MEDIANTE PROVOCAÇÃO DA MESA OU DE PARTIDO POLÍTICO REPRESENTANDO NA CÂMARA, ASSEGURADA AMPLA DEFESA.

§ 3° - NOS CASOS DOS INCISOS III, IV, V E VIII, A PERDA DO MANDATO SERÁ DECLARADA PELA MESA DA CÂMARA, DE OFÍCIO OU MEDIANTE PROVOCAÇÃO DE QUALQUER VEREADOR OU DE PARTIDO POLÍTICO REPRESENTADO NA CÂMARA, ASSEGURADA AMPLA DEFESA.

ART. 72 - SÃO DEVERES DO VEREADOR, ENTRE OUTROS:

I - INVESTIDO NO MANDATO, NÃO INCORRER EM INCOMPATIBILIDADE PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO OU NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

II - OBSERVAR AS DETERMINAÇÕES LEGAIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DO MANDATO;

III - DESEMPENHAR FIELMENTE O MANDATO POLÍTICO, ATENDENDO AO INTERESSE PÚBLICO E AS DIRETRIZES PARTIDÁRIAS;

IV - EXERCER A CONTENTO O CARGO QUE LHE SEJA CONFERIDO NA MESA OU EM COMISSÃO NÃO PODENDO ESCUSAR-SE AO SEU DESEMPENHO;

V - COMPARECER AS SESSÕES PONTUALMENTE, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR DEVIDAMENTE COMPROVADO E PARTICIPAR DAS VOTAÇÕES, SALVO QUANDO SE ENCONTRAR IMPEDIDO;

VI - MANTER O DECORO PARLAMENTAR; E

VII - CONHECER E OBSERVAR O REGIMENTO INTERNO.

ART. 73 - SEMPRE QUE O VEREADOR COMETER DENTRO DO RECINTO DA CÂMARA, EXCESSO QUE DEVE SER REPRIMIDO, O PRESIDENTE CONHECERÁ

O FATO E TOMARÁ AS PROVIDÊNCIAS SEGUINTES, CONFORME A GRAVIDADE:

I - ADVERTÊNCIA EM PLENÁRIO;

II - CASSAÇÃO DA PALAVRA;

III - DETERMINAÇÃO PARA RETIRAR-SE DO PLENÁRIO;

IV - SUSPENSÃO DA SESSÃO, PARA ENTENDIMENTOS NA SALA DA PRESIDÊNCIA; E

V - PROPOSTA DE CASSAÇÃO DE MANDATO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

CAPÍTULO II

DA INTERRUPÇÃO E DA SUSPENSÃO

DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

ART. 74 - O VEREADOR PODERÁ LICENCIAR-SE:

I - POR MOTIVO DE SAÚDE DEVIDAMENTE COMPROVADO; E

II - PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, DESDE QUE O PERÍODO DE LICENÇA SEJA SUPERIOR A 120 (CENTO E VINTE) DIAS POR SESSÃO LEGISLATIVA.

§ 1º - PARA FINS DE REMUNERAÇÃO CONSIDERAR-SE-Á COMO EM EXERCÍCIO O VEREADOR LICENCIADO NOS TERMOS DO INCISO I.

§ 2º - O VEREADOR INVESTIDO NO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU EQUIVALENTE, SERÁ CONSIDERADO AUTOMATICAMENTE LICENCIADO, PODENDO OPTAR PELA REMUNERAÇÃO DA VEREANÇA.

§ 3º - O AFASTAMENTO PARA O DESEMPENHO DE MISSÕES TEMPORÁRIAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO NÃO SERÁ CONSIDERADA COMO DE LICENÇA, FAZENDO O VEREADOR JUS A REMUNERAÇÃO ESTABELECIDA.

§ 4º - A APROVAÇÃO DOS PEDIDOS DE LICENÇA SE DARÁ NO EXPEDIENTE DAS SESSÕES, SEM DISCUSSÃO, E TERÁ PREFERÊNCIA SOBRE QUALQUER MATÉRIA, SÓ PODENDO SER REJEITADO PELO QUORUM DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS MEMBROS DA CÂMARA.

ART. 75 - NO CASO DE VAGA, LICENÇA OU INVESTIDURA DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU EQUIVALENTE, FAR-SE-Á CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA.

§ 1º - O SUPLENTE CONVOCADO DEVERÁ TOMAR POSSE DENTRO DO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SALVO MOTIVO JUSTO ACEITO PELA CÂMARA, SOB PENA DE SER CONSIDERADO RENUNCIANTE.

§ 2º - OCORRENDO VAGA E NÃO HAVENDO SUPLENTE, O PRESIDENTE DA CÂMARA COMUNICARÁ O FATO DENTRO DE QUARENTA E OITO HORAS, AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.

TÍTULO IV

DAS SESSÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 76 - AS SESSÕES SÃO:

I - PREPARATÓRIAS, AS QUE PRECEDEM A INSTALAÇÃO DE CADA LEGISLATURA OU A INAUGURAÇÃO DOS TRABALHOS ORDINÁRIOS EM CADA SESSÃO LEGISLATIVA;

II - ORDINÁRIAS, AS REALIZADAS NO HORÁRIO REGIMENTAL PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO PODER LEGISLATIVO E PARA O TRATO DAS PROPOSIÇÕES QUE LHE SÃO SUBMETIDAS;

III - EXTRAORDINÁRIAS, COM O MESMO OBJETIVO DAS ORDINÁRIAS, REALIZADAS CONTUDO, FORA DE HORÁRIO E DOS DIAS REGIMENTALMENTE RESERVADOS A ESTAS;

IV - ESPECIAIS, COMPREENDENDO AQUELAS DESTINADAS A COMEMORAÇÕES OU HOMENAGENS A PESSOA DO PREFEITO E VICE-PREFEITO, A RECEPÇÃO A AUTORIDADES PREVISTAS NA LEI ORGÂNICA, CONVOCADA A PRESTAR ESCLARECIMENTOS E AINDA AO DEBATE DE ASSUNTOS DE RELEVANTE INTERESSE COM A PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS ALHEIAS AO QUADRO DA VEREANÇA;

V - SOLENES, PARA INSTALAÇÃO E ENCERRAMENTO DE CADA PERÍODO LEGISLATIVO, ORDINÁRIO OU EXTRAORDINÁRIO, E POR DESIGNAÇÃO DO

PRESIDENTE OU POR DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, QUANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS O EXIGIREM; E

VI - SECRETAS, DESTINADAS AO TRATO DE MATÉRIAS QUE NO ENTENDER DA CÂMARA NÃO DEVE SER DO CONHECIMENTO PÚBLICO.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS FUNCIONARÃO COM A PRESENÇA MÍNIMA DE 1/3 (UM TERÇO) DOS VEREADORES. AS ESPECIAIS E SOLENES COM QUALQUER NÚMERO.

ART. 77 - AS SESSÕES ORDINÁRIAS TERÃO A DURAÇÃO DE 3 (TRÊS) HORAS.

ART. 78 - A CÂMARA MUNICIPAL REUNIR-SE-Á ORDINARIAMENTE ÀS TERÇAS E QUINTAS-FEIRAS DAS 19:00 HORAS ÀS 22:00 HORAS.

ART. 79 - QUALQUER VEREADOR PODERÁ, ANTES DO TÉRMINO DA SESSÃO REQUERER A SUA PRORROGAÇÃO, DEVENDO TAL REQUERIMENTO SER SUBMETIDA A VOTAÇÃO IMEDIATA SEM DISCUSSÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO, QUE SERÁ ESCRITO, ESPECIFICARÁ SEU OBJETIVO, A SER OBSERVADO NO CASO DE APROVAÇÃO.

ART. 80 - AS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS COMPREENDEM AS SEGUINTES PARTES:

I - PEQUENO EXPEDIENTE;

II - GRANDE EXPEDIENTE; E

III - ORDEM DO DIA.

ART. 81 - A INSCRIÇÃO DOS ORADORES PARA PRONUNCIAMENTO NO EXPEDIENTE, FAR-SE-Á EM LIVRO PRÓPRIO E COM ANTECEDÊNCIA NA SECRETARIA DA CÂMARA, E O TEMPO DE DURAÇÃO DO EXPEDIENTE SERÁ DIVIDIDO IGUALITARIAMENTE, ENTRE OS ORADORES INSCRITOS ATÉ O INÍCIO DE CADA SESSÃO, LIMITANDO O TEMPO DE 04 (QUATRO) ORADORES.

§ 1º - AS INSCRIÇÕES PREVALECERÃO ENQUANTO O INSCRITO NÃO FOR CHAMADO A USAR DA PALAVRA OU DELA DESISTIR.

§ 2º - QUALQUER ORADOR QUE ESTEJA INSCRITO PARA O GRANDE EXPEDIENTE NÃO DESEJANDO FAZER USO DA PALAVRA PODERÁ CEDER NO

TODO EM PARTE A VEZ A OUTRO VEREADOR INSCRITO OU NÃO ORALMENTE OU MEDIANTE ANOTAÇÃO PELO CEDENDO DO LIVRO PRÓPRIO.

§ 3º - QUANDO O ORADOR INSCRITO NÃO RESPONDER À CHAMADA, PERDERÁ A VEZ.

§ 4º - NO PEQUENO EXPEDIENTE FICA RESERVADO O ESPAÇO DESTINADO A TRIBUNA LIVRE, QUANDO FOR REQUERIDA ATRAVÉS DE OFÍCIO DIRIGIDO À MESA DA CÂMARA, POR ENTIDADES REPRESENTATIVAS TAIS COMO:

I - SINDICATOS, SUPLENTES DE VEREADOR, ASSOCIAÇÕES, ENTIDADES ESTUDANTIS, ENTIDADES POPULARES E DEMOCRÁTICAS, CLUBES DE SERVIÇOS, ÓRGÃOS DE IMPRENSA, CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS; E

II - O TEMPO DE DURAÇÃO DA TRIBUNA LIVRE PARA CADA ORADOR É DE 5 (CINCO) MINUTOS, PRORROGÁVEL POR IGUAL TEMPO E CADA ENTIDADE SÓ PODERÁ USAR A TRIBUNA LIVRE NO MÁXIMO UMA VEZ POR SEMANA, OU DUAS VEZES POR MÊS.

ART. 82 - A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PODERÁ SER CONVOCADA:

I - PELO PREFEITO;

II - PELO PRESIDENTE DA CÂMARA:

III - MEDIANTE REQUERIMENTO DE UM 1/3 (UM TERÇO) DOS MEMBROS DA CÂMARA; E

IV - POR DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, A REQUERIMENTO ESCRITO DE QUALQUER VEREADOR.

ART. 83 - SEMPRE QUE FOR CONVOCADA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, O PRESIDENTE COMUNICÁ-LA-Á AOS VEREADORES QUE, EM SESSÃO OU MEDIANTE COMUNICAÇÃO ESCRITA COM ANTECEDÊNCIA DE 5 (CINCO) DIAS.

ART. 84 - A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA, QUE SE RESTRINGIRÁ À MATÉRIA OBJETO DA CONVOCAÇÃO.

CAPÍTULO II

DA SUSPENSÃO E DO LEVANTAMENTO

DAS SESSÕES

ART. 85 - A SESSÃO PODERÁ SER SUSPENSA:

I - POR CONVENIÊNCIA DA ORDEM; E

II - PARA COMEMORAÇÕES OU PARA RECEPÇÃO À PERSONALIDADE ILUSTRE.

ART. 86 - A SESSÃO DA CÂMARA SERÁ ENCERRADA ANTES FINDO O TEMPO QUE A ELA SE DESTINA:

I - EM CASO DE TUMULTO GRAVE;

II - EM HOMENAGEM A VEREADOR QUE FALECER NO EXERCÍCIO DO MANDATO;

III - QUANDO PRESENTES MENOS DE 1/3 (UM TERÇO) DOS SEUS MEMBROS; E

IV - POR FALTA DE QUORUM PARA VOTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES SE NÃO HOUVER OUTRA MATÉRIA A SER DISCUTIDA.

CAPÍTULO III

DA ORDEM DOS TRABALHOS

ART. 87 - SALVO A PRESENÇA DOS CONVIDADOS, PARA AS SESSÕES ESPECIAIS E SOLENES, SOMENTE SERÃO ADMITIDOS EM PLENÁRIO OS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

1º - O PRESIDENTE RESERVARÁ LOCAL APROPRIADO PARA OS REPRESENTANTES DA IMPRENSA CREDENCIADOS JUNTO À CÂMARA.

2º - NAS SESSÕES PÚBLICAS, QUALQUER PESSOA TERÁ ACESSO AO AUDITÓRIO DESDE QUE CONVENIENTE TRAJADA, NÃO PERTURBE A ORDEM NEM SE MANIFESTE SOBRE OS TRABALHOS.

3º - O PRESIDENTE FARÁ RETIRAR DO EDIFÍCIO QUEM INFRINGIR O DISPOSTO NO PARÁGRAFO ANTERIOR E EM CASO DE INDISCIPLINA, ORDENARÁ A DESOCUPAÇÃO DO AUDITÓRIO.

4º - A ADMISSÃO AO PLENÁRIO PARA PARTICIPAÇÃO EM SESSÃO QUALQUER ORDEM, EXIGIR-SE-Á TRAJE PASSEIO DISTINTO, PALETÓ E GRAVATA PARA O SEXO MASCULINO, EXCETO AOS OCUPANTES DA TRIBUNA LIVRE.

ART. 88 - AO VEREADOR NÃO SE ADMITE FALAR SEM QUE ELE TENHA SIDO PERMITIDO SOB PENA DE ADVERTÊNCIA OU CASSAÇÃO DA PALAVRA EM CASO DE INSISTÊNCIA.

1º - SE O PRESIDENTE RETIRAR A PALAVRA DE UM ORADOR SERÁ DESLIGADO O SISTEMA DE GRAVAÇÃO E DE SOM, DEIXANDO O SECRETÁRIO DE REGISTRAR O PRONUNCIAMENTO.

2º - OS ORADORES NÃO PODERÃO USAR TERMOS DE GÍRIA OU DE BAIXO CALÃO E EXPRESSÕES QUE POSSAM MOLESTAR A MORAL E O DECORO DA CÂMARA, CONSTITUIR INJÚRIA OU DESCORTESIA AOS SEUS PARES E AS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS.

ART. 89 - O PRESIDENTE ADVERTIRÁ O ORADOR QUANDO FALTAREM 3 (TRÊS) MINUTOS PARA O TÉRMINO DO SEU PRONUNCIAMENTO.

ART. 90 - OS VEREADORES, SALVO PARA APARTE, FALARÃO DE PÉ E SOMENTE POR MOTIVO JUSTIFICADO PODERÃO OBTER PERMISSÃO PARA QUE SE PRONUNCIEM SENTADOS.

ART. 91 - O VEREADOR PODERÁ FALAR:

I - NO PEQUENO EXPEDIENTE;

II - NO GRANDE EXPEDIENTE;

III - NA ORDEM DO DIA, PARA DISCUTIR MATÉRIA EM APRECIAÇÃO;

IV - PARA LEVANTAR QUESTÃO DE ORDEM;

V - PARA APARTEAR;

VI - PARA ENCAMINHAR VOTAÇÃO;

VII - PARA DECLARAÇÃO DE VOTO; E

VIII - POR INDICAÇÃO DO LÍDER.

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES PÚBLICAS

SEÇÃO I

DO PEQUENO EXPEDIENTE

ART. 92 - VERIFICADA A PRESENÇA DE 1/3 (UM TERÇO) PELO MENOS DOS VEREADORES, O PRESIDENTE DARÁ INÍCIO AOS TRABALHOS COM AS SEGUINTES PALAVRAS:
"INVOCADA A PROTEÇÃO DE DEUS, DECLARO ABERTA A SESSÃO".

ART. 93 - DECORRIDOS 15 (QUINZE) MINUTOS DA HORA REGIMENTAL, NÃO HAVENDO QUORUM O PRESIDENTE DECLARARÁ A IMPOSSIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DAS SESSÃO.

ART. 94 - ABERTOS OS TRABALHOS, O SEGUNDO SECRETÁRIO LERÁ A ATA DA SESSÃO ANTERIOR, QUE SERÁ SUBMETIDA A DISCUSSÃO DO PLENÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - APÓS A VOTAÇÃO DA ATA DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DARÁ CONHECIMENTO NA ÍNTEGRA OU RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA E DOCUMENTOS DIRIGIDOS A CÂMARA.

ART. 95 - O PEQUENO EXPEDIENTE TERÁ DURAÇÃO DE 01 (UMA) HORA, ACRESCENTANDO-SE O TEMPO NÃO UTILIZADO AO GRANDE EXPEDIENTE.

ART. 96 - ESGOTADO A PRIMEIRA PARTE COM A LEITURA DA ATA E DOS DOCUMENTOS O TEMPO RESTANTE SERÁ DESTINADO AO PRONUNCIAMENTO DOS VEREADORES PELO PRAZO DE 5 (CINCO) MINUTOS, QUE SE INSCREVAM EM LIVRO PRÓPRIO SEGUNDO ORDEM DE INSCRIÇÃO DIÁRIA, QUE PREVALECERÁ PARA AS SESSÕES SEGUINTES ENQUANTO NÃO ESGOTADA A RELAÇÃO.

SESSÃO II

DO GRANDE EXPEDIENTE

ART. 97 - ESGOTADA A MATÉRIA DO PEQUENO EXPEDIENTE, OU TEMPO QUE LHE É RESERVADO, PASSAR-SE-Á AO GRANDE EXPEDIENTE, DESTINADO

AOS ORADORES INSCRITOS E AS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS QUE PODERÃO USAR DA PALAVRA OU FAZER INDICAÇÃO DE VEREADORES DAS SUAS BANCADAS.

§ 1º - O VEREADOR INSCRITO USARÁ SEU TEMPO POR 15 (QUINZE) MINUTOS DIVIDINDO-SE O PERÍODO RESTANTE IGUALMENTE PELAS LIDERANÇAS, QUE SE REVEZARÃO NA ORDEM DE PRECEDÊNCIA.

§ 2º - O GRANDE EXPEDIENTE, COMO TODO, TERÁ A DURAÇÃO IMPRORROGÁVEL DE 60 (SESSENTA) MINUTOS.

ART. 98 - FINDO O GRANDE EXPEDIENTE, OU NÃO HAVENDO ORADOR SERÁ INICIADA A ORDEM DO DIA.

SEÇÃO III

DA ORDEM DO DIA

ART. 99 - A MATÉRIA DA ORDEM DO DIA DEVE SER DISTRIBUÍDA AOS VEREADORES COM ANTECEDÊNCIA DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, EM AVULSOS, NOS QUAIS CONSTARÃO TAMBÉM AS PROPOSIÇÕES EM PAUTA COM A INDICAÇÃO DOS RESPECTIVOS ASSUNTOS.

PARÁGRAFO ÚNICO - EXCLUEM-SE DA EXIGÊNCIA DO PRAZO PREVISTO NESTE ARTIGO AS MOÇÕES, REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES.

ART. 100 - PRESENTE A MAIORIA ABSOLUTA DOS VEREADORES, DAR-SE-Á INÍCIO À VOTAÇÃO NA SEGUINTE ORDEM:

I - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA;

II - REQUERIMENTO DE VEREADORES QUE EXIJA DELIBERAÇÃO IMEDIATA;

III - MATÉRIA DA ORDEM DO DIA:

A) EM TRAMITAÇÃO URGENTE;

B) EM TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA; E

C) EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA E ESPECIAL.

IV - INDICAÇÕES, MOÇÕES E REQUERIMENTOS NÃO REFERIDOS NAS DISPOSIÇÕES PRECEDENTES.

§ 1º - EM CADA CLASSE DAS ESTABELECIDAS NESTE ARTIGO, DAR-SE-Á PRIMAZIA À VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL EM SEGUNDO TURNO E EM PRIMEIRO TURNO QUANDO HOUVER, NESTA SEQÜÊNCIA.

§ 2º - NÃO HAVENDO MATÉRIA A SER VOTADA OU FALTANDO QUORUM, O PRESIDENTE ANUNCIARÁ O DEBATE DAS MATÉRIAS EM DISCUSSÃO NA MESMA ORDEM DESTE ARTIGO.

§ 3º - RECOMPONDO-SE O QUORUM PARA DELIBERAR SERÁ REINICIADA A VOTAÇÃO INTERROMPENDO-SE O ORADOR QUE ESTIVER DISCUTINDO, SALVO SE VERSAR MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA E NÃO HOUVER PARA SER VOTADA PROPOSIÇÃO DA MESMA CATEGORIA.

ART. 101 - É LÍCITO AO VEREADOR, AO SER ANUNCIADA A ORDEM DO DIA, REQUERER PREFERÊNCIA PARA VOTAÇÃO OU DISCUSSÃO DE DETERMINADA PROPOSIÇÃO.

ART. 102 - ESGOTADA A ORDEM DO DIA, SE AINDA HOUVER TEMPO, O PRESIDENTE CONCEDERÁ A PALAVRA, PARA EXPLICAÇÕES PESSOAL, OU SE AINDA OS HOUVER ACHAR-SE PORÉM, ESGOTADO O TEMPO REGIMENTAL, O PRESIDENTE DECLARARÁ ENCERRADA A SESSÃO.

ART. 103 - NÃO HAVENDO MAIS ORADOR PARA FALAR EM EXPLICAÇÃO PESSOAL, OU SE AINDA OS HOUVER ACHAR-SE PORÉM, ESGOTADO O TEMPO REGIMENTAL, O PRESIDENTE DECLARARÁ ENCERRADA A SESSÃO.

SEÇÃO IV

DAS SESSÕES SOLENES

ART. 104 - AS SESSÕES SOLENES SERÃO CONVOCADAS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, ATRAVÉS DE AVISO POR ESCRITO, QUE INDICARÁ A FINALIDADE DA REUNIÃO.

§ 1º - NAS SESSÕES SOLENES NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE NEM ORDEM DO DIA FORMAL DISPENSADAS A LEITURA DA ATA E A VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA.

§ 2º - NÃO HAVERÁ TEMPO PREDETERMINADO PARA O ENCERRAMENTO DA SESSÃO SOLENE.

§ 3º - NAS SESSÕES SOLENES, SOMENTE PODERÃO USAR DA PALAVRA ALÉM DO PRESIDENTE DA CÂMARA O LÍDER PARTIDÁRIO OU O VEREADOR PELO MESMO DESIGNADO.

§ 4º - O VEREADOR QUE FOR INDICADO PELO PLENÁRIO COMO ORADOR OFICIAL DA CERIMÔNIA E AS PESSOAS HOMENAGEADAS.

SEÇÃO V

DAS SESSÕES SECRETAS

ART. 105 - A CÂMARA REALIZARÁ SESSÕES SECRETAS:

I - POR CONVOCAÇÃO DO SEU PRESIDENTE, OU REQUERIMENTO DE 1/3 (UM TERÇO) DOS SEUS COMPONENTES; E

II - O REQUERIMENTO DO VEREADOR OU COMISSÃO, MEDIANTE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS SESSÕES SECRETAS SERÃO REALIZADAS A PORTAS FECHADAS, PRESENTES APENAS OS VEREADORES.

ART. 106 - SE NO CURSO DA SESSÃO PÚBLICA SE PROPUSER A SUA CONVERSÃO EM SECRETA, PODERÁ O PRESIDENTE SUSPENDER A MESMA, E COM AS CAUTELAS DO ARTIGO PRECEDENTE PERMITIR QUE O AUTOR DEMONSTRE AS RAZÕES DO PEDIDO.

PARÁGRAFO ÚNICO - APRECIADO E APROVADO PELO PLENÁRIO O PEDIDO, A SESSÃO PROSSEGUIRÁ COMO SECRETA, CASO CONTRÁRIO VOLTARÁ A SER PÚBLICA.

TÍTULO V

DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 107 - PROPOSIÇÃO É TODA MATÉRIA SUBMETIDA A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, NO ÂMBITO DA SUA FUNÇÃO LEGISLATIVA E FISCALIZADORA.

ART. 108 - CONSIDERAM-SE PROPOSIÇÕES:

I - PROPOSTA DA REFORMA OU EMENDA À LEI ORGÂNICA;

II - PROJETO DE LEI;

III - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO;

IV - PROJETO DE RESOLUÇÃO;

V - EMENDAS;

VI - REQUERIMENTO;

VII - MOÇÃO; E

VIII - INDICAÇÃO.

ART. 109 - CONSIDERA-SE AUTOR DA PROPOSIÇÃO O SEU PRIMEIRO SIGNATÁRIO EXCETO A CO-AUTORIA EXPRESSAMENTE MENCIONADA.

§ 1º - SÃO DE SIMPLES APOIAMENTO AS ASSINATURAS QUE SE SEGUIREM AS DOS AUTORES, SALVO QUANDO SE TRATAR DE PROPOSIÇÃO PARA O QUAL A LEI ORGÂNICA OU O REGIMENTO EXIJAM DETERMINADO NÚMERO DELAS.

§ 2º - AINDA QUANDO A INICIATIVA DE UMA PROPOSIÇÃO REQUEIRA NÚMERO MÍNIMO, SERÁ PRESERVADA A IDENTIDADE DO AUTOR.

§ 3º - AS ASSINATURAS, MESMO DE SIMPLES APOIAMENTO, NÃO PODERÃO SER RETIRADAS APÓS A PUBLICAÇÃO.

ART. 110 - ATÉ O ANÚNCIO DA VOTAÇÃO, PODERÁ SER REQUERIDA A RETIRADA DA PROPOSIÇÃO:

I - PELO PREFEITO PARA OS PROJETOS DE SUA AUTORIA;

II - PELOS VEREADORES SIGNATÁRIOS DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA;

III - PELA MAIORIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO PARA AS PROPOSIÇÕES DE SUA AUTORIA; E

IV - PELO VEREADOR AUTOR DO PROJETO.

§ 1º - A INICIATIVA PREVISTA NO INCISO SUJEITA A AQUIESCÊNCIA DO LÍDER DO PREFEITO.

§ 2º - NOS DEMAIS CASOS PREVISTOS NESTE ARTIGO O PEDIDO DEPENDERÁ DE APROVAÇÃO DO PLENÁRIO DESDE QUE HAJA PARECER FAVORÁVEL DE ALGUMA COMISSÃO A PROPOSIÇÃO QUE PRETENDA RETIRÁ-LA.

ART. 111 - SEMPRE QUE ULTRAPASSADOS OS PRAZOS DESTINADOS A CADA ETAPA DE UMA PROPOSIÇÃO, PODERÁ O INTERESSADO RECLAMAR AO PRESIDENTE DA CÂMARA, QUE ADOTARÁ PROVIDÊNCIAS ADEQUADAS À RETOMADA DO ANDAMENTO NORMAL.

ART. 112 - FINDA A LEGISLATURA SERÃO ARQUIVADAS TODAS AS PROPOSIÇÕES EM CURSO, SALVO AS:

I - OFERECIDAS PELO PODER EXECUTIVO;

II - COM PARECER FAVORÁVEL DE TODAS AS COMISSÕES; E

III - JÁ APROVADAS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - QUALQUER VEREADOR, NOS 60 (SESSENTA) DIAS SUBSEQÜENTES À INSTALAÇÃO DA MESA LEGISLATIVA PODERÁ REQUERER AO PRESIDENTE O DESARQUIVAMENTO DA PROPOSIÇÃO ARQUIVADA NA LEGISLATURA ANTERIOR.

ART. 113 - AS PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA CÂMARA, REJEITADAS, SÓ PODERÃO SER RENOVADAS EM OUTRO PERÍODO LEGISLATIVO SE REAPRESENTADAS PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS VEREADORES.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS

ART. 114 - A CÂMARA EXERCE A SUA FUNÇÃO LEGISLATIVA ATRAVÉS DO PROJETO DE:

I - REFORMA E EMENDA À LEI ORGÂNICA;

II - LEI;

III - DECRETO LEGISLATIVO; E

IV - RESOLUÇÃO.

ART. 115 - REFORMA À LEI ORGÂNICA É A ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NO TEXTO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, IMPORTANDO EM REFORMULAÇÃO GLOBAL.

ART. 116 - PROJETOS DE LEI DESTINAM-SE A REGULAR MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA CÂMARA, EXERCITADA COM A PARTICIPAÇÃO DO PREFEITO, ATRAVÉS DE SANÇÃO.

ART. 117 - PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS SÃO PROPOSIÇÕES DESTINADAS À REGULAR MATÉRIA DE EXCLUSIVA ALÇADA DO PODER LEGISLATIVO, CUJOS LIMITES TRANSCENDEM OS DAS RESOLUÇÕES, PRODUZINDO EFEITOS EXTERNOS.

PARÁGRAFO ÚNICO - DENTRE OUTRAS MATÉRIAS SERÃO OBJETO DE DECRETO LEGISLATIVO AS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA QUE:

I - APROVEM OU AUTORIZEM CONVENÇÕES E ACORDOS COM A UNIÃO, O ESTADO, OUTROS ESTADOS OU MUNICÍPIO;

II - JULGUEM AS CONTAS DO PREFEITO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR, EM CADA SESSÃO LEGISLATIVA;

III - DECLAREM A PROCEDÊNCIA DE ACUSAÇÃO, IMPEDIMENTO E PERDA DE MANDATO DE PREFEITO E VICE-PREFEITO; E

IV - FIXEM SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO.

ART. 118 - OS PROJETOS DE RESOLUÇÃO TRATAM DE MATÉRIA POLÍTICA OU ADMINISTRATIVA EM QUE CAIBA PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA, TAIS COMO:

I - PERDA DE MANDATO DE VEREADOR;

II - CONCESSÃO DE LICENÇA;

III - CONCESSÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS;

IV - CRIAÇÃO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITOS;

V - MATÉRIA REGIMENTAL; E

VI - ASSUNTO DE SUA ECONOMIA INTERNA QUE SE EXIJA FORMALIDADE SUPERIOR AO ATO ADMINISTRATIVO.

ART. 119 - OS PROJETOS DEVERÃO SER ACOMPANHADOS DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUANDO DE PROCEDÊNCIA DO EXECUTIVO E DE JUSTIFICATIVA QUANDO DE INICIATIVA PARLAMENTAR.

ART. 120 - NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, DENTRE OUTROS, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTES PRINCÍPIOS:

I - REDAÇÃO CLARA, PRECISA E EM ORDEM CRONOLÓGICA, DIVIDINDO O TEXTO EM ARTIGOS, TRAZENDO LOGO ABAIXO DO NÚMERO DE ORDEM A EMENTA DO SEU OBJETIVO;

II - NENHUM DISPOSITIVO PODERÁ REGULAR MAIS DE UM ASSUNTO; E

III - OS ARTIGOS SERÃO ENUMERADOS EM ORDINAL ATÉ O NÚMERO NOVE (NOVE) E EM CARDINAL DAÍ POR DIANTE, DESDOBRANDO-SE EM PARÁGRAFOS, INCISOS E ALÍNEAS.

ART. 121 - A INICIATIVA DAS LEIS COMPLEMENTARES E ORDINÁRIAS CABE A QUALQUER VEREADOR OU COMISSÃO DA CÂMARA, AO PREFEITO MUNICIPAL E AO CIDADÃO, NA FORMA E NOS CASOS PREVISTOS NA LEI ORGÂNICA.

ART. 122 - COMPETE PRIVATIVAMENTE AO PREFEITO MUNICIPAL A INICIATIVA DAS LEIS QUE VERSEM SOBRE:

I - REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES;

II - CRIAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO OU AUMENTO DE SUA REMUNERAÇÃO;

III - ORÇAMENTO ANUAL, DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E PLANO PLURIANUAL; E

IV - CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO.

ART. 123 - A INICIATIVA POPULAR SERÁ EXERCIDA PELA APRESENTAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, DE PROJETO DE LEI SUBSCRITO NO MÍNIMO CINCO POR CENTO (5%) DOS ELEITORES INSCRITOS NO MUNICÍPIO, CONTENDO ASSUNTO DE INTERESSE ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO.

§ 1º - A PROPOSTA POPULAR DEVERÁ SER ARTICULADA, EXIGINDO-SE PARA O SEU RECEBIMENTO PELO CÂMARA, A IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO DO RESPECTIVO TÍTULO ELEITORAL, BEM COMO A CERTIDÃO EXPEDIDA PELO ÓRGÃO ELEITORAL COMPETENTE, CONTENDO INFORMAÇÃO DE NÚMERO TOTAL DE ELEITORES DO BAIRRO DA CIDADE OU DO MUNICÍPIO.

§ 2º - A TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE INICIATIVA POPULAR OBEDECERÁ ÀS NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO LEGISLATIVO.

ART. 124 - APENAS UM ELEITOR QUE USAR DA FACULDADE PREVISTA NESTE ARTIGO NÃO PODERÁ FALAR MAIS DE 10 (DEZ) MINUTOS EM CADA UMA DAS DISCUSSÕES DO PROJETO, NEM ABORDAR TEMA ESTRANHO À EXCLUSIVA DEFESA DO PROJETO.

CAPÍTULO III

DOS REQUERIMENTOS

ART. 125 - REQUERIMENTO É TODA SOLICITAÇÃO ENCAMINHADA POR VEREADOR OU COMISSÃO À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, DA MESA OU DO PRESIDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - QUANTO AO ASPECTO FORMAL, OS REQUERIMENTOS PODEM SER:

I - ORAIS; E

II - ESCRITOS.

ART. 126 - QUANDO O REGIMENTO EXIGIR A FORMA ESCRITA, NÃO A SUBSTITUI A VERBAL, SENDO ENTRETANTO LEGÍTIMA A HIPÓTESE CONTRÁRIA.

SEÇÃO I

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS

A DESPACHO DO PRESIDENTE

ART. 127 - SERÁ DESPACHADO PELO PRESIDENTE O REQUERIMENTO QUE SOLICITE:

I - A PALAVRA OU A DESISTÊNCIA;

II - A PERMISSÃO PARA FALAR SENTADO;

III - POSSE DE VEREADOR;

IV - RETIFICAÇÃO DA ATA;

V - LEITURA DA MATÉRIA SUJEITA AO CONHECIMENTO DO PLENÁRIO;

VI - INSERÇÃO DE DECLARAÇÃO DE VOTO EM ATA;

VII - OBSERVÂNCIA DE DISPOSIÇÃO REGIMENTAL;

VIII - RETIRADA DE REQUERIMENTO FORMULADA PELO AUTOR;

IX - VERIFICAÇÃO DE QUORUM PARA DISCUSSÃO OU VOTAÇÃO;

X - INFORMAÇÃO SOBRE A ORDEM DOS TRABALHOS OU SOBRE A ORDEM DO DIA;

XI - CONVOCAÇÃO DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS;

XII - ANEXAÇÃO DE MATÉRIAS IDÊNTICAS OU SEMELHANTES;

XIII - PREENCHIMENTO DE LUGAR EM COMISSÃO;

XIV - CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO SUBSCRITA POR 1/3 (UM TERÇO) DOS VEREADORES; E

XV - DESARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO - OS REQUERIMENTOS MENCIONADOS NOS INCISOS XII E SEGUINTES SERÃO ESCRITOS.

ART. 128 - ESTÃO SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO OS REQUERIMENTOS DE:

I - RETIRADA DE PROPOSIÇÃO APÓS EMISSÃO DE PARECER;

II - PREFERÊNCIA;

III - PRIORIDADE;

IV - URGÊNCIA;

V - DESTAQUE PARA VOTAÇÃO;

VI - CONVOCAÇÃO DE SESSÃO SECRETA POR INICIATIVA DE VEREADOR OU COMISSÃO;

VII - ENCERRAMENTO DE DISCUSSÃO EM REGIME DE URGÊNCIA;

VIII - PRORROGAÇÃO DE SESSÃO;

IX - CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO;

X - CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIOS, DIRETORES E OUTRAS AUTORIDADES MUNICIPAIS;

XI - INFORMAÇÃO ÀS AUTORIDADES MUNICIPAIS;

XII - PROVIDÊNCIAS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; E

XIII - LICENÇA DE VEREADOR PARA TRATAMENTO DE INTERESSE PARTICULAR.

PARÁGRAFO ÚNICO - OS REQUERIMENTOS ENUMERADOS NOS INCISOS VIII - E SEGUINTES SERÃO ESCRITOS; OS DEMAIS PODERÃO SER FORMULADOS ORALMENTE. OS REQUERIMENTOS CONSTANTES NOS INCISOS IX E XIII COMPORTAM DISCUSSÃO NÃO ADMITIDAS NOS DEMAIS.

SEÇÃO II

NORMAS ESPECIAIS PARA REQUERIMENTO E PROVIDÊNCIAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ART. 129 - O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES SÓ É ADMISSÍVEL EM RELAÇÃO À MATÉRIA EM TRÂMITE NA CÂMARA OU SUJEITA A SUA FISCALIZAÇÃO.

ART. 130 - ENCAMINHADO O REQUERIMENTO PELA PRESIDÊNCIA E DECORRIDOS TRINTA (30) DIAS SEM QUE TENHA SIDO ATENDIDO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DO INTERESSADO, SERÁ REITERADO O EXPEDIENTE, SALVO QUE IMPLIQUEM EM CRIME DE RESPONSABILIDADE.

ART. 131 - A CÂMARA, EM CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS, SOLICITARÁ INFORMAÇÕES EM CARÁTER CONFIDENCIAL, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

ART. 132 - O PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS À ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE MENCIONAR COM PRECISÃO AS MEDIDAS REQUERIDAS E OS FUNDAMENTOS DA PRETENSÃO.

ART. 133 - SE AS PROVIDÊNCIAS PLEITEADAS SE INSERIREM NA ÓRBITA DO DEVER LEGAL DA ADMINISTRAÇÃO, A CÂMARA PODERÁ TAMBÉM DETERMINAR QUE SE PRESTEM INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DO REQUERIDO.

CAPÍTULO IV

DAS INDICAÇÕES

ART. 134 - INDICAÇÃO É A PROPOSIÇÃO EM QUE A CÂMARA SUGERE A OUTRO PODER OU A OUTRA ENTIDADE PÚBLICA A EXECUÇÃO DE MEDIDAS FORA DO ALCANCE DO PODER LEGISLATIVO.

ART. 135 - A INDICAÇÃO QUANDO PROPUSER MEDIDAS DE NATUREZA LEGISLATIVA NA ÁREA ESTADUAL OU FEDERAL, PODERÁ FAZER-SE ACOMPANHAR DE ANTEPROJETO.

CAPÍTULO V

DAS MOÇÕES

ART. 136 - MOÇÃO É PROPOSIÇÃO EM QUE O VEREADOR SUGERE A MANIFESTAÇÃO DA CÂMARA SOBRE DETERMINADO ASSUNTO OU EVENTO.

§ 1º - AS MOÇÕES DE LOUVOR, APLAUSO, REGOZIJO, CONGRATULAÇÕES, PROTESTO OU REPÚDIO, SOMENTE SERÃO ADMITIDAS RELATIVAMENTE A ATO PÚBLICO OU ACONTECIMENTO DE ALTA SIGNIFICAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU NACIONAL.

§ 2º - O VOTO DE PESAR SÓ É ADMISSÍVEL NOS CASOS DE LUTO OFICIAL OU RELATIVAMENTE A PESSOAS QUE TENHAM EXERCIDO ALTOS CARGOS PÚBLICOS OU TENHA ADQUIRIDO EXCEPCIONAL RELEVO NA COMUNIDADE.

CAPÍTULO VI

DAS EMENDAS

ART. 137 - EMENDA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO ACESSÓRIO DE OUTRA.

ART. 138 - AS EMENDAS SÃO SUBSTITUTIVAS, SUPRESSIVAS, ADITIVAS OU MODIFICADAS.

§ 1º - EMENDA SUBSTITUTIVA É A PROPOSIÇÃO APRESENTADA COMO SUCEDÂNEA DE OUTRA E QUE TOMARÁ O NOME DE "SUBSTITUTIVO", QUANDO A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE EM SEU CONJUNTO.

§ 2º - EMENDA SUPRESSIVA É A PROPOSIÇÃO QUE MANDA ELIMINAR QUALQUER PARTE DE OUTRA.

§ 3º - EMENDA ADITIVA É AQUELA QUE SEM ALTERAR A PROPOSTA ORIGINAL, ACRESCE-LHE NOVOS TERMOS.

§ 4º - MODIFICATIVA É A EMENDA QUE ALTERA EM PARTE O CONTEÚDO DA PROPOSIÇÃO ORIGINAL.

ART. 139 - DENOMINA-SE SUBEMENDA A EMENDA APRESENTADA A OUTRA EMENDA QUE PODE, POR SUA VEZ, SER SUBSTITUTIVA, ADITIVA OU MODIFICATIVA.

ART. 140 - NA PAUTA QUE PRECEDE A SEGUNDA DISCUSSÃO SÓ PODERÃO SER APRESENTADAS EMENDAS SUBSCRITAS POR 1/3 (UM TERÇO) DOS VEREADORES.

TÍTULO VI

DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

DA DISCUSSÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 141 - DISCUSSÃO É A FASE DOS TRABALHOS DESTINADA AO DEBATE EM PLENÁRIO.

ART. 142 - A DISCUSSÃO SERÁ FEITA SOBRE O CONJUNTO DA PROPOSIÇÃO.

ART. 143 - HAVERÁ DISCUSSÃO ÚNICA PARA:

I - PROJETO DE INICIATIVA DO PREFEITO COM PRAZO FIXADO DE DELIBERAÇÃO;

II - PROJETO QUE CRIE CARGO NA SECRETARIA DA CÂMARA;

III - LEI DELEGADA QUANDO SUBMETIDA À APRECIAÇÃO DA CÂMARA;

IV - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO;

V - PROJETO DE RESOLUÇÃO;

VI - PROJETO VETADO;

VII - DELIBERAÇÃO SOBRE CONCESSÃO DE CRÉDITO;

VIII - INDICAÇÕES;

IX - MOÇÕES;

X - REQUERIMENTOS; E

XI - PARECERES SUJEITOS A DISCUSSÃO INDEPENDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - RESSALVADAS AS EXCEÇÕES DESTE ARTIGO, SÃO DUAS AS DISCUSSÕES DAS PROPOSIÇÕES AFORA A REDAÇÃO FINAL.

ART. 144 - NOS PROJETOS SUJEITOS AS DUAS DISCUSSÕES, ENCERRADA A PRIMEIRA, REABRE-SE A PAUTA POR 5 (CINCO) DIAS, RETORNANDO A PROPOSIÇÃO ÀS COMISSÕES SE HOUVER RECEBIDO EMENDAS. CASO CONTRÁRIO SERÁ A MATÉRIA INCLUÍDA NA ORDEM DO DIA PARA DISCUSSÃO.

ART. 145 - O ORADOR INSCRITO PARA DISCUTIR QUALQUER PROPOSIÇÃO TEM PREFERÊNCIA SOBRE OS DEMAIS.

SEÇÃO II

DAS PARTES

ART. 146 - APARTE É INTERRUPÇÃO DO ORADOR, POR TEMPO BREVE, PARA INDAGAÇÃO OU ESCLARECIMENTO RELATIVO A SUA EXPOSIÇÃO.

§ 1º - O APARTE É INTERRUPÇÃO DO ORADOR;

§ 2º - SE O ORADOR RECUSAR O APARTE A UM ORADOR NÃO MAIS PODERÁ CONCEDÊ-LO A QUALQUER OUTRO.

ART. 147 - NÃO SERÁ ADMITIDO O APARTE:

I - AO PRESIDENTE DA SEÇÃO;

II - EM ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE VOTO; E

III - NO PEQUENO EXPEDIENTE.

SEÇÃO III

DOS PRAZOS

ART. 148 - O VEREADOR, RESSALVADAS AS PRERROGATIVAS DOS LÍDERES, USARÁ DA PALAVRA:

I - POR 10 (DEZ) MINUTOS, UMA SÓ VEZ EM CADA DISCUSSÃO;

II - 02 (DUAS) VEZES, PELO TEMPO TOTAL DE 20 (VINTE) MINUTOS, SE AUTOR OU RELATOR DA MATÉRIA; E

III - POR 05 (CINCO) MINUTOS;

A) PARA ENCAMINHAR VOTAÇÃO;

B) EM REDAÇÃO FINAL;

C) EM DECLARAÇÃO DE VOTO; E

D) PARA LEVANTAR QUESTÃO DE ORDEM.

SEÇÃO IV

DO ADIANTAMENTO DA DISCUSSÃO

ART. 149 - O VEREADOR PODERÁ PROPOR O ADIANTAMENTO DA DISCUSSÃO DE QUALQUER PROPOSIÇÃO.

ART. 150 - O PEDIDO DE ADIANTAMENTO ATENDERÁ AOS SEGUINTES REQUISITOS:

I - FORMULAÇÃO ANTES DE INICIADA A DISCUSSÃO; e

II - NÃO SE TRATAR DE PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA OU COM PRAZO DE DELIBERAÇÃO FIXADO PELO PREFEITO.

§ 1º - NÃO SERÁ DEFERIDO O ADIANTAMENTO POR PRAZO SUPERIOR A 03 (TRÊS) SEÇÕES ORDINÁRIAS;

§ 2º - CADA PROPOSIÇÃO PODE TER ADIADA A SUA DISCUSSÃO POR UMA ÚNICA VEZ.

ART. 151 - O PEDIDO DE VISTA PARA ESTUDO SERÁ REQUERIDO POR QUALQUER VEREADOR E DELIBERADO PELO PLENÁRIO APENAS COM ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO, DESDE QUE A PROPOSIÇÃO NÃO TENHA SIDO DECLARADA EM REGIME DE URGÊNCIA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PRAZO MÁXIMO DE VISTA SERÁ DE 02 (DOIS) DIAS E SÓ PODERÁ SER CONCEDIDO ÀS REPRESENTAÇÕES PARTIDÁRIAS EXISTENTES NA CÂMARA NO MÁXIMO POR DUAS VEZES.

SEÇÃO V

DO ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

ART. 152 - O ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO DAR-SE-Á:

I - POR FALTA DE ORADOR;

II - PELO DECURSO DOS PRAZOS REGIMENTAIS; E

III - QUANDO SE TRATAR DE MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA, APÓS 03 (TRÊS) SESSÕES, SE ASSIM O DELIBERAR O PLENÁRIO.

CAPÍTULO II

DAS VOTAÇÕES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 153 - AS DELIBERAÇÕES, SALVO DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO, SERÃO TOMADAS POR MAIORIA SIMPLES DE VOTO, COM A PRESENÇA DA MAIORIA ABSOLUTA DA CÂMARA.

ART. 154 - O ATO DE VOTAÇÃO SE INICIA COM A DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE NESTE SENTIDO E SÓ SE INTERROMPE POR FALTA DE NÚMERO.

ART. 155 - O VEREADOR PRESENTE À SESSÃO PODE SE ABSTER DE VOTAR.

ART. 156 - VERIFICADA A ABSTENÇÃO, A PRESENÇA DO VEREADOR SERÁ CONTUDO CONSIDERADA PARA EFEITO DE QUORUM.

ART. 157 - É LÍCITO AO VEREADOR ENCAMINHAR À MESA, ATÉ O FINAL DA SESSÃO, DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO PARA PUBLICAÇÃO.

SEÇÃO II

DO QUORUM ESPECIAL

ART. 158 - É EXIGIDO QUORUM ESPECIAL PARA AS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA, A SEGUINTE FORMA:

I - SERÁ APROVADO PELO VOTO DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS MEMBROS DA CÂMARA:

A - PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA;

B) PROJETO DE LEI QUE SE RELACIONE COM O INTERESSE PARTICULAR DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS;

C) DELIBERAÇÃO QUE JULGUE PROCEDENTE ACUSAÇÃO CONTRA O PREFEITO, POR CRIME DE RESPONSABILIDADE;

D) DELIBERAÇÃO RELATIVA À PERDA DE MANDATO DE VEREADOR;

E) PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE CONCEDA TÍTULO HONORÍFICO;

F) PROJETO QUE APROVE OU ALTERE PLANO DIRETOR URBANO, INCLUSIVE AS NORMAS RELATIVAS AO ZONEAMENTO E CONTROLE DOS LOTEAMENTOS;

G) CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS;

H) ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS;

I) AQUISIÇÃO DE BENS POR DOAÇÃO COM ENCARGOS;

J) ALTERAÇÃO NA DENOMINAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS;

L) CONCESSÃO DE MORATÓRIA E REMISSÃO DE DÍVIDA;

M) REJEIÇÃO DE PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS;

N) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO QUE AUTORIZE AO REFERENTE CONVÊNIO; E

O) REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL.

II - EXIGE-SE PARA APROVAÇÃO O VOTO DA MAIORIA ABSOLUTA:

A) EM PROJETO DE LEI RELATIVO À CRIAÇÃO DE CARGOS NOS QUADROS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO;

B) REJEIÇÃO DE VETO DO PREFEITO;

C) CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO;

D) CÓDIGO DE URBANISMO E OBRAS;

E) ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS; E

F) CRIAÇÃO DE CARGOS E AUMENTOS DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES.

III - DEPENDERÁ AINDA DO VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA O RECEBIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA O PREFEITO E VICE-PREFEITO, NO CASO DE INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.

SEÇÃO III

DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

ART. 159 - SÃO (TRÊS) OS PROCESSOS DE VOTAÇÃO:

I - SIMBÓLICO;

II - NOMINAL; E

III - SECRETO.

ART. 160 - PELO PROCESSO SIMBÓLICO, O PRESIDENTE AO ANUNCIAR A VOTAÇÃO CONVIDARÁ OS VEREADORES FAVORÁVEIS À PROPOSIÇÃO A PERMANECEREM SENTADOS E PROCLAMARÁ O RESULTADO.

§ 1º - SE ALGUM VEREADOR TIVER DÚVIDA QUANTO AO RESULTADO PROCLAMADO PEDIRÁ IMEDIATAMENTE A VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO, QUE SERÁ DEFERIDA, NÃO PODENDO HAVER INGRESSO DE VEREADOR EM PLENÁRIO, NESTA FASE.

§ 2º - O PRESIDENTE SOLICITARÁ AOS VEREADORES QUE OCUPEM SEUS LUGARES E PROCEDERÁ NOVA CONTAGEM DE VOTOS.

ART. 161 - ADOTAR-SE-Á VOTAÇÃO NOMINAL, CHAMADOS OS VEREADORES PELO SEGUNDO SECRETÁRIO, QUE RESPONDERÃO SIM OU NÃO, SEGUNDO SEJAM FAVORÁVEIS OU CONTRÁRIOS À PROPOSIÇÃO.

ART. 162 - ADOTAR-SE-Á A VOTAÇÃO NOMINAL A REQUERIMENTO DE VEREADOR COM A APROVAÇÃO DO PLENÁRIO.

ART. 163 - A VOTAÇÃO SERÁ SEMPRE SECRETA:

I - NAS ELEIÇÕES DA MESA DA CÂMARA;

II - NOS JULGAMENTOS DAS CONTAS DO PREFEITO E DA MESA;

III - PRONUNCIAMENTO SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS QUE DEPENDAM DE APROVAÇÃO DA CÂMARA;

IV - NAS DELIBERAÇÕES SOBRE PERDA DE MANDATO DE VEREADOR;

V - NAS DELIBERAÇÕES SOBRE PERDA DE MANDATO DO PREFEITO E VICE-PREFEITO;

VI - NAS RESOLUÇÕES CONCESSIVAS DE TÍTULOS HONORÍFICOS;

VII - NA DELIBERAÇÃO SOBRE ASSUNTO DE INTERESSE PESSOAL DOS VEREADORES; E

VIII - QUANDO O PLENÁRIO ASSIM O DELIBERAR A REQUERIMENTO DE VEREADOR OU COMISSÃO;

PARÁGRAFO ÚNICO - HAVENDO EMPATE NAS VOTAÇÕES SIMBÓLICAS OU NOMINAIS, SERÃO ELAS DESEMPATADAS PELO PRESIDENTE E HAVENDO EMPATE NAS VOTAÇÕES SECRETAS, FICARÁ A MATÉRIA PARA SER DECIDIDA NA SESSÃO SEGUINTE, REPUTANDO-SE REJEITADA A PREPOSIÇÃO SE PERSISTIR O EMPATE.

SEÇÃO IV

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

ART. 164 - NO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO PELO PRAZO DE 5 (CINCO) MINUTOS, SERÁ ASSEGURADO AO AUTOR DA PROPOSIÇÃO, BEM COMO A CADA BANCADA, POR SEU LÍDER, FALAR APENAS UMA VEZ SOBRE A ORIENTAÇÃO A SE SEGUIR NA VOTAÇÃO, RESERVANDO-SE AOS DEMAIS VEREADORES O TEMPO DE 3 (TRÊS) MINUTOS.

SEÇÃO V

DA REDAÇÃO FINAL

ART. 165 - TERMINADA A FASE DE VOTAÇÃO, SERÁ O PROJETO COM AS EMENDAS APROVADAS ENVIADO À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARA ELABORAR A REDAÇÃO FINAL DE ACORDO COM O DELIBERADO, DENTRO DO PRAZO DE 3 (TRÊS) DIAS.

ART. 166 - SÓ SERÁ ALTERADA A REDAÇÃO PARA CORRIGIR ERROS DE LINGUAGEM, DE TÉCNICA LEGISLATIVA OU DE NOTÓRIA CONTRADIÇÃO.

TÍTULO VII

INCIDENTES ESPECIAIS DE TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I

DA URGÊNCIA

ART. 167 - URGÊNCIA É A DISPENSA DE EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS PARA QUE DETERMINADA PROPOSIÇÃO SEJA DE LOGO CONSIDERADA ATÉ O SEU TERMO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O REGIME DE URGÊNCIA NÃO DISPENSA,

I - NÚMERO LEGAL; E

II - PARECER DAS COMISSÕES OU DE RELATOR ESPECIAL.

ART. 168 - O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA SERÁ FORMULADO:

I - PELA MESA;

II - POR LÍDER DO PARTIDO; E

III - POR 1/3 (UM TERÇO) DOS VEREADORES.

ART. 169 - APROVADO O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA SERÁ INCLUÍDA A MATÉRIA NA ORDEM DO DIA DA SESSÃO IMEDIATA, SE JÁ HOUVER DECORRIDO O PERÍODO DA PAUTA, TENDO-SE TAMBÉM EMITIDO PARECER.

PARÁGRAFO ÚNICO - SERÁ RESPEITADO EM QUALQUER HIPÓTESE O INTERVALO MÍNIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ENTRE A DISTRIBUIÇÃO AVULSO DA RESPECTIVA ORDEM DO DIA E A INCLUSÃO DA MATÉRIA NA SESSÃO.

ART. 170 - SEM QUE TENHA SIDO ABERTA A PAUTA, SERÃO DISTRIBUÍDOS AVULSOS COM TODOS OS VEREADORES ENCAMINHANDO-SE A PROPOSIÇÃO IMEDIATAMENTE ÀS COMISSÕES COMPETENTES.

§ 1º - COM A REMESSA DA PROPOSIÇÃO FICA AUTOMATICAMENTE ABERTA PAUTA ÚNICA E ESPECIAL POR 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, QUANDO OS VEREADORES PODERÃO OFERECER EMENDAS, DIRIGINDO-SE DIRETAMENTE ÀS COMISSÕES.

§ 2º - ESGOTANDO O PRAZO PREVISTO NO PARÁGRAFO ANTERIOR, AS COMISSÕES NAS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS SUBSEQÜENTES MANIFESTAR-SE-ÃO EM PARECER, INCLUSIVE SOBRE AS EMENDAS PROPOSTAS.

ART. 171 - EXPIRADOS OS PRAZOS PREVISTOS NO ARTIGO ANTERIOR, O PRESIDENTE INCLUIRÁ A MATÉRIA NA ORDEM DO DIA, OBSERVANDO O PRAZO PREVISTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 164 PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO.

ART. 172 - SE NÃO HOUVER PARECER O PRESIDENTE DA CÂMARA DESIGNARÁ RELATOR PARA QUE O EMITA ORALMENTE EM PLENÁRIO, MANIFESTANDO-SE DE IMEDIATO A COMISSÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O RELATOR DESIGNADO PODERÁ REQUERER PRAZO DE ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA EXAME DE MATÉRIA QUE LHE SERÁ DEFERIDO.

ART. 173 - AS PROPOSIÇÕES URGENTES NÃO COMPORTAM ADIANTAMENTO DE DISCUSSÃO NEM DE VOTAÇÃO.

ART. 174 - NÃO SE ADMITIRÁ A URGÊNCIA;

I - PARA PROPOSIÇÃO QUE CONCEDA FAVORECIMENTO A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO;

II - PARA TRAMITAÇÃO DE MATÉRIA RELATIVA À PERDA DE MANDATO; E

III - PARA AS MATÉRIAS INCLUSIVE INCLUÍDAS NOS PROCESSOS LEGISLATIVOS ESPECIAIS E SUAS ATIVIDADES DE JULGAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CÂMARA, NESTE REGIMENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: NÃO SERÃO APRECIADOS EM REGIME DE URGÊNCIA MAIS QUE 1/3 (UM TERÇO) DOS PROJETOS DE LEI DE AUTORIA DO EXECUTIVO, ENCAMINHADOS À CÂMARA, NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA.

CAPÍTULO II

DA PREFERÊNCIA

ART. 175 - PREFERÊNCIA CONSISTE NA ANTECIPAÇÃO DA DISCUSSÃO OU VOTAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO SOBRE OUTRA OU OUTRAS, NA ORDEM DO DIA.

§ 1º - AS PROPOSIÇÕES TÊM PREFERÊNCIA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA FORMA DA ORDEM ESTABELECIDA NO ARTIGO 99 DESTE REGIMENTO.

§ 2º - O SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO TERÁ PREFERÊNCIA NA VOTAÇÃO AO OFERECIDO POR VEREADOR.

ART. 176 - AS EMENDAS SÃO APRECIADAS NA SEGUINTE ORDEM:

I - SUPRESSIVAS;

II - SUBSTITUTIVAS;

III - MODIFICATIVAS; E

IV - ADITIVAS.

ART. 177 - POR DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO E A REQUERIMENTO DO VEREADOR PODER-SE-Á ALTERAR A ORDEM PREFERENCIAL DENTRO DE CADA CATEGORIA DA PROPOSIÇÃO.

CAPÍTULO III

DO DESTAQUE

ART. 178 - DESTAQUE É O ATO DE SEPARAR PARTE DO TEXTO DE UMA PROPOSIÇÃO EM VOTAÇÃO PARA APRECIAÇÃO ISOLADA PELO PLENÁRIO.

ART. 179 - A REQUERIMENTO DO VEREADOR, O PLENÁRIO PODERÁ CONCEDER DESTAQUE DE DISPOSITIVO QUE ESTEJA ENGLOBADO EM OUTRO.

§ 1º - O PEDIDO DE DESTAQUE PODERÁ SER FEITO PARA A VOTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO SE REALIZE POR TÍTULO, SEÇÕES, GRUPOS DE ARTIGOS OU DE PALAVRAS.

§ 2º - SOMENTE SE ADMITE O PEDIDO DE DESTAQUE NO CURSO DA DISCUSSÃO.

ART. 180 - O PEDIDO DE DESTAQUE DO PROJETO OU DA EMENDA DEVE SER FEITO ANTES DE ANUNCIADA A VOTAÇÃO, NÃO PODENDO SER REJEITADO, SUBSCRITO POR 1/3 (UM TERÇO) DOS VEREADORES.

CAPÍTULO IV

DA PREJUDICIALIDADE

ART. 181 - CONSIDERAM-SE PREJUDICADAS NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA:

I - AS PROPOSIÇÕES ANEXAS, QUANDO APROVADA OU REJEITADA À PRINCIPAL;

II - AS PROPOSIÇÕES E EMENDAS COM SUBSTITUTIVO APROVADO; E

III - AS PROPOSIÇÕES DE CONTEÚDO IDÊNTICO OU OPOSTO A DE OUTRAS APROVADAS OU REJEITADAS.

CAPÍTULO V

DA SANÇÃO

ART. 182 - O PROJETO DE LEI APROVADA PELA CÂMARA SERÁ NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS ENVIADO PELO PRESIDENTE AO PREFEITO MUNICIPAL QUE, CONCORDANDO O SANCIONARÁ NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS.

§ 1º - DECORRIDO O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, O SILÊNCIO DO PREFEITO MUNICIPAL IMPLICARÁ EM SANÇÃO.

§ 2º - SE O PREFEITO MUNICIPAL CONSIDERAR O PROJETO, NO TODO OU EM PARTE, INCONSTITUCIONAL OU CONTRÁRIO AO INTERESSE PÚBLICO, VETÁ-LO-Á TOTAL OU PARCIALMENTE, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO E COMUNICARÁ DENTRO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS AO PRESIDENTE DA CÂMARA, OS MOTIVOS DO VETO.

§ 3º - O VETO PARCIAL SOMENTE ABRANGERÁ TEXTO INTEGRAL DO ARTIGO, DE PARÁGRAFO, DE INCISO OU DE ALÍNEA.

§ 4º - EXERCITADO O VETO NO PRAZO PRÓPRIO, DETERMINARÁ A PRESIDÊNCIA SUA IMEDIATA PUBLICAÇÃO, JUNTAMENTE COM AS RAZÕES EXPOSTAS DESPACHANDO A PROPOSIÇÃO À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, QUE PODERÁ SOLICITAR AUDIÊNCIA DE OUTRAS COMISSÕES.

§ 5º - É DE 8 (OITO) DIAS IMPRORROGÁVEL O PRAZO PARA QUE A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EMITIDA PARECER.

§ 6º - DECORRIDO O PRAZO SERÁ A PROPOSIÇÃO ENCAMINHADA À MESA.

§ 7º - O VETO SERÁ APRECIADO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CONTADOS DO SEU RECEBIMENTO, COM PARECER OU SEM ELE, EM UMA ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO SECRETA.

§ 8º - O VETO SOMENTE SERÁ REJEITADO PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS VEREADORES MEDIANTE VOTAÇÃO SECRETA.

§ 9º - ESGOTADO SEM DELIBERAÇÃO O PRAZO PREVISTO DE 15 (QUINZE) DIAS, O VETO SERÁ COLOCADO NA ORDEM DO DIA DA SESSÃO IMEDIATA, SOBRESTADAS ÀS DEMAIS PROPOSIÇÕES, ATÉ A SUA VOTAÇÃO FINAL, EXCETO MEDIDA PROVISÓRIA.

§ 10º - PERSISTINDO A FALTA DE DELIBERAÇÃO, PREVALECERÃO AS RAZÕES DO VETO.

§ 11º - SE O VETO FOR REJEITADO, O PROJETO SERÁ ENVIADO AO PREFEITO MUNICIPAL EM 48 (QUARENTA E OITO) HORAS PARA PROMULGAÇÃO.

§ 12º - SE O PREFEITO MUNICIPAL NÃO PROMULGAR A LEI NOS PRAZOS PREVISTOS E AINDA NO CASO DE SANÇÃO TÁCITA, O PRESIDENTE DA CÂMARA A PROMULGARÁ, E SE ESTE NÃO O FIZER NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, CABERÁ AO VICE-PRESIDENTE, OBRIGATORIAMENTE, FAZÊ-LO.

§ 13º - A MANUTENÇÃO DO VETO NÃO RESTAURA MATÉRIA SUPRIMIDA OU MODIFICADA PELA CÂMARA.

ART. 183 - A MATÉRIA CONSTANTE DO PROJETO DE LEI REJEITADO SOMENTE PODERÁ CONSTITUIR OBJETO DE NOVO PROJETO, NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA, MEDIANTE PROPOSTA DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

TÍTULO VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO ESPECIAL

CAPÍTULO I

DAS EMENDAS DA LEI ORGÂNICA

ART. 184 - A PROPOSTA DE EMENDAS À LEI ORGÂNICA PODERÁ SER APRESENTADA:

I - PELA TERÇA PARTE DOS MEMBROS DA CÂMARA; E

II - PELO PREFEITO MUNICIPAL.

ART. 185 - A PROPOSTA, LIDA NO PEQUENO EXPEDIENTE, AGUARDARÁ EM PAUTA O RECEBIMENTO DE EMENDAS, APÓS O QUE SERÁ ENCAMINHADA À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.

§ 1º - PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS À PROPOSTA ORIGINAL, EXIGIR-SE-Á TAMBÉM A INICIATIVA DE UM TERÇO DOS VEREADORES.

§ 2º - NÃO SE ADMITIRÃO EMENDAS QUE NÃO GUARDEM VINCULAÇÃO DIRETA E IMEDIATA COM O TEXTO ORIGINAL.

ART. 186 - SE A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA NÃO EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL, O PRESIDENTE DA CÂMARA DESIGNARÁ RELATOR ESPECIAL COM PRAZO DE 05 DIAS PARA ESSE FIM.

ART. 187 - ESGOTADOS OS PRAZOS SERÁ A PROPOSTA INCLUÍDA NA ORDEM DO DIA.

ART. 188 - A VOTAÇÃO SE FARÁ EM 2 (DUAS) SESSÕES, DANDO SE POR APROVADA A EMENDA QUANDO EM AMBAS OBTIVER A MAIORIA DE DOIS TERÇOS DA CÂMARA.

ART. 189 - QUANDO AS ALTERAÇÕES APRESENTADAS FOREM DE TAL AMPLITUDE QUE SE POSSA CONSIDERAR A PROPOSTA COMO REFORMA DA LEI ORGÂNICA, A CÂMARA DESIGNARÁ COMISSÃO ESPECIAL PARA A SUA APRECIAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - A COMISSÃO CRIADA, DENTRO DE 30 (TRINTA) DIAS EXAMINARÁ A PROPOSTA, OFERECENDO AS EMENDAS QUE JULGAR CONVENIENTES.

ART. 190 - FINDO O PRAZO DE EXAME DA COMISSÃO ESPECIAL, ABRIR-SE-Á PAUTA PARA EMENDA, OBSERVANDO-SE A PARTIR DAÍ A TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO

ART. 191 - RECEBIDOS DO PREFEITO ATÉ 30 (TRINTA) DE SETEMBRO DE CADA ANO, OS PROJETOS DE LEI ORÇAMENTÁRIAS PERMANECERÃO EM PAUTA POR 10 (DEZ) DIAS PARA ESTUDO PELOS VEREADORES, CONVOCAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DISCUSSÃO COM A COMUNIDADE E ENTIDADES PARA DEBATES E ESCLARECIMENTOS, MANDANDO O PRESIDENTE PUBLICÁ-LOS, DISTRIBUIR E ENCAMINHAR ÀS COMISSÕES COMPETENTES.

§ 1º - A CÂMARA SÓ ENTRARÁ EM RECESSO PARLAMENTAR, DEPOIS DE APROVADA A LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO SEGUINTE.

§ 2º - REJEITADO O PROJETO, SUBSISTIRÁ A LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, EXCETO NA PARTE CORRESPONDENTE AO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO QUE OBEDECERÁ A PROGRAMAÇÃO ESTABELECIDA.

§ 3º - SE O PREFEITO DEIXAR DE ENVIAR À CÂMARA O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA NO PRAZO ESTIPULADO NESTE ARTIGO, INCORRERÁ EM INFRAÇÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA, PUNÍVEL PELA CÂMARA, NA FORMA DE LEI FEDERAL, SUBSISTINDO A LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

ART. 192 - APLICA-SE AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, NO QUE NÃO CONTRARIAR AO DISPOSTO NESTE CAPÍTULO, AS REGRAS DO PROCESSO LEGISLATIVO.

§ 1º - A COMISSÃO DE FINANÇAS DARÁ SEU PARECER SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA EM 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO SEU RECEBIMENTO, PRORROGÁVEL POR MAIS 10 (DEZ) DIAS EM RECURSO APROVADO PELO PLENÁRIO.

§ 2º - O AUTOR DA EMENDA PODERÁ DEFENDÊ-LA PERANTE A COMISSÃO, MEDIANTE REQUERIMENTO AO PRESIDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PREFEITO PODERÁ ENVIAR MENSAGENS À CÂMARA PARA PROPOR A MODIFICAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA, ENQUANTO NÃO ESTIVER CONCLUÍDA A VOTAÇÃO DA PARTE CUJA ALTERAÇÃO É PROPOSTA.

ART. 193 - AS EMENDAS SÓ SERÃO APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO DE ORÇAMENTO QUE SOBRE ELAS EMITIRÁ PARECER ESCRITO.

§ 1° - A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS FIXARÁ O PRAZO PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS AOS ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

§ 2° - AS EMENDAS À PROPOSTA DO ORÇAMENTO ANUAL OU AOS PROJETOS QUE A MODIFIQUEM, SOMENTE PODEM SER APROVADAS CASO:

I - SEJAM COMPATÍVEIS COM O PLANO PLURIANUAL E COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS;

II - INDIQUEM OS RECURSOS NECESSÁRIOS, ADMITIDOS APENAS OS PROVENIENTES DA ANULAÇÃO DA DESPESA, EXCLUÍDAS AS QUE INCIDAM SOBRE:

A) DOTAÇÕES PARA PESSOAL E SEUS ENCARGOS; E

B) SERVIÇOS DA DÍVIDA MUNICIPAL;

III - SEJAM RELACIONADAS:

A) COM CORREÇÃO DE ERROS OU OMISSÕES; E

B) COM OS DISPOSITIVOS DO TEXTO DA PROPOSTA OU DO PROJETO DE LEI.

ART. 194 - A ORDEM DO DIA DAS SESSÕES EM QUE SE DISCUTE O ORÇAMENTO DARÁ PRIORIDADE A ESTA MATÉRIA.

CAPÍTULO III

DOS PROJETOS RELATIVOS À CRIAÇÃO DE DISTRITOS

ART. 195 - O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE DISTRITOS INICIA-SE OS, MEDIANTE A CONJUGAÇÃO DOS SEGUINTES REQUISITOS:

I - REPRESENTAÇÃO DIRIGIDA À CÂMARA MUNICIPAL POR 50 (CINQÜENTA) ELEITORES, NO MÍNIMO, RESIDENTES E DOMICILIADOS NA ÁREA A SER DESMEMBRADA; E

II - REQUERIMENTO, FIRMADO POR 1/3 (UM TERÇO) NO MÍNIMO, DOS MEMBROS DA CÂMARA, DANDO CURSO À REPRESENTAÇÃO PREVISTA NO INCISO ANTERIOR.

§ 1° - O REQUERIMENTO PREVISTO NO INCISO II, ACOMPANHADO DA REPRESENTAÇÃO ESTABELECIDA NO INCISO I, MENCIONARÁ OS LIMITES DO DISTRITO QUE SE PRETENDE CRIAR, A SUA SEDE E O NOME PROPOSTO, QUE DEVERÁ COINCIDIR COM O DESTE.

§ 2° - O REQUERIMENTO COM A REPRESENTAÇÃO, DEPOIS DE LIDO NO EXPEDIENTE SERÁ PUBLICADO E ENCAMINHADO À COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PARA ESSE FIM.

§ 3° - A COMISSÃO ESPECIAL SOLICITARÁ AOS ÓRGÃOS PRÓPRIOS INFORMAÇÕES SOBRE O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS EM LEI PARA A CRIAÇÃO DE DISTRITOS.

§ 4° - COM AS INFORMAÇÕES SERÁ DESIGNADO RELATOR, QUE NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, APRESENTARÁ PARECER SOBRE O ATENDIMENTO OU NÃO DAS CONDIÇÕES LEGAIS.

§ 5° - SE A COMISSÃO ENTENDER QUE A PROPOSTA ATENDE AS EXIGÊNCIAS LEGAIS ELABORARÁ PROJETOS DE LEI, NO SENTIDO DE CRIAÇÃO DO DISTRITO.

§ 6° - APRESENTADO O PROJETO DE LEI TOMARÁ ESTE CURSO ORDINÁRIO.

ART. 196 - NÃO SERÃO ADMITIDAS EMENDAS NOS PROJETOS DE LEI DE CRIAÇÃO DE DISTRITO, QUE ALTEREM A CONTINUIDADE TERRITORIAL.

TÍTULO IX

ATIVIDADES DE JULGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA TOMADA DE CONTAS

ART. 197 - O CONTROLE EXTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL SERÁ EXERCIDO COM AUXÍLIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DO PARECER SOBRE AS CONTAS QUE O PREFEITO E A MESA DA CÂMARA DEVERÃO PRESTAR ANUALMENTE, ATÉ 60 (SESSENTA) ATRAVÉS DE EDITAL, AS FARÁ PUBLICAR PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, À DISPOSIÇÃO DE QUALQUER CONTRIBUINTE PARA O EXAME E APRECIAÇÃO, O QUAL PODERÁ QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE NA FORMA DA LEI.

§ 1º - APRESENTADAS AS CONTAS, O PRESIDENTE DA CÂMARA, ATRAVÉS DE EDITAL, AS FARÁ PUBLICAR PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, À DISPOSIÇÃO DE QUALQUER CONTRIBUINTE PARA O EXAME E APRECIAÇÃO, O QUAL PODERÁ QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE NA FORMA DA LEI.

§ 2º - VENCIDO O PRAZO DO PARÁGRAFO ANTERIOR, AS CONTAS E AS QUESTÕES LEVANTADAS SERÃO ENVIADAS AO TRIBUNAL DE CONTAS PARA EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO.

§ 3º - RECEBIDO O PARECER PRÉVIO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS COM A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO EXECUTIVO SOBRE ELE E SOBRE AS CONTAS DARÃO PARECER EM 15 (QUINZE) DIAS, PRORROGÁVEIS POR MAIS 15 (QUINZE) DIAS EM DECISÃO PLENÁRIA.

§ 4º - OS VEREADORES PODERÃO TER ACESSO A RELATÓRIOS CONTÁBEIS FINANCEIROS PERIÓDICOS, DOCUMENTOS REFERENTES A DESPESAS OU INVESTIMENTO REALIZADOS PELA PREFEITURA, DESDE QUE REQUERIDOS POR ESCRITO, OBRIGANDO-SE O PREFEITO AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NESTE ARTIGO, NO PRAZO MÁXIMO DE QUARENTA E OITO HORAS, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE.

§ 5º - O JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO E DA MESA DA CÂMARA DAR-SE-Á, NO PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DO PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS OU ESTANDO A CÂMARA EM RECESSO ATÉ O QUADRAGÉSIMO DIA DO PERÍODO LEGISLATIVO SEGUINTE, OBSERVADOS OS SEGUINTES PRECEITOS:

A) O PARECER PRÉVIO SOMENTE PODERÁ SER REJEITADO POR DECISÃO DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS MEMBROS DA CÂMARA; E

B) DECORRIDO O PRAZO PARA DELIBERAÇÃO SEM QUE TENHA SIDO TOMADA, AS CONTAS SERÃO TIDAS COMO APROVADAS OU REJEITADAS, CONFORME A CONCLUSÃO DE PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS.

§ 6º - O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO APRESENTADO PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, OU PELA MESA DA CÂMARA, SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO, SERÁ SUBMETIDO A UMA ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, NÃO SE ADMITIRÁ EMENDAS OU PEDIDO DE VISTAS, QUANDO DA DISCUSSÃO DO REFERIDO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO.

§ 7º - CÓPIAS DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO ÀS CONTAS DO PREFEITO E DA MESA DA CÂMARA E AO PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS BEM COMO ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO ACOMPANHARÃO DECRETO LEGISLATIVO ENVIADO AO TRIBUNAL.

CAPÍTULO II

DA CONVOCAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DO

PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

ART. 198 - O PREFEITO E OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS SERÃO CONVOCADOS A COMPARECER À CÂMARA ATRAVÉS DE REQUERIMENTO ESCRITO DE QUALQUER VEREADOR OU COMISSÃO, APROVADO PELO PLENÁRIO.

§ 1º - O REQUERIMENTO INDICARÁ AS RAZÕES E O OBJETO DA CONVOCAÇÃO.

§ 2º - DETERMINADA A CONVOCAÇÃO, O PRIMEIRO SECRETÁRIO COMBINARÁ COM A AUTORIDADE O DIA E HORA PARA SEU COMPARECIMENTO QUE NÃO OCORRERÁ ANTES DE 10 (DEZ) DIAS, NEM DEPOIS DE 30 (TRINTA) DIAS, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR.

ART. 199 - O PREFEITO E O SECRETÁRIO DISPORÁ DE 30 (TRINTA) MINUTOS A SUA EXPOSIÇÃO PRORROGÁVEIS POR 10 (DEZ) MINUTOS.

ART. 200 - ENCERRADA A EXPOSIÇÃO DO VISITANTE PODER-LHE-ÃO SER FORMULADAS INDAGAÇÕES INTERVENÇÕES DE 3 (TRÊS) MINUTOS POR VEREADOR INSCRITO.

§ 1º - É FACULTADA AO VEREADOR INSCREVER-SE SUCESSIVAMENTE PARA FALAR APÓS ESGOTADA RELAÇÃO DOS INSCRITOS, QUANTAS VEZES DESEJAR.

ART. 201 - QUANDO O PREFEITO OU O SECRETÁRIO MUNICIPAL DESEJAR COMPARECER A CÂMARA E AS SUAS COMISSÕES PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SERÁ DESIGNADA PARA ESTE FIM, PELO PRESIDENTE OU ÓRGÃO RESPECTIVO.

TÍTULO X

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM

ART. 202 - CONSIDERA-SE QUESTÃO DE ORDEM TODA DÚVIDA LEVANTADA QUANTO AO REGIMENTO INTERNO, SUA INTERPRETAÇÃO DIRETA OU RELACIONADA COM DISPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL.

ART. 203 - AS QUESTÕES DE ORDEM DEVE SER FORMULADAS COM MENÇÃO EXPRESSA AO DISPOSITIVO QUESTIONADO SOBRE PENA DE NÃO CONHECIMENTO.

ART. 204 - FORMULADA A QUESTÃO DE ORDEM SÓ SE ADMITIRÁ A MANIFESTAÇÃO DE UM OUTRO VEREADOR, POR 3 (TRÊS) MINUTOS, QUE PRETENDA FALAR EM SENTIDO CONTRÁRIO AO PONTO DE VISTA DOS SUSCITANTES.

PARÁGRAFO ÚNICO - NÃO SERÁ ADMITIDA NOVA QUESTÃO DE ORDEM, ENQUANTO NÃO SOLUCIONADA A ANTECEDENTE.

ART. 205 - AS QUESTÕES DE ORDEM SERÃO RESOLVIDAS PELO PRESIDENTE, COM RECURSO PARA O PLENÁRIO.

CAPÍTULO II

DA REFORMA DO REGIMENTO

ART. 206 - A INICIATIVA DE REFORMA DO REGIMENTO É DEFERIDA À MESA OU A 1/3 (UM TERÇO) SERÁ SUBMETIDO PARA SEU PARECER.

TÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS INTRANSITÓRIAS

ART. 208 - OS RECURSOS CONTRA OS ATOS DO PRESIDENTE SERÃO INTERPOSTOS DENTRO DO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADAS DA DATA DA OCORRÊNCIA POR SIMPLES PETIÇÃO A ELE DIRIGIDA:

§ 1º - O RECURSO SERÁ ENCAMINHADO A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA PARA OPINAR E ELABORAR PROJETO DE RESOLUÇÃO.

§ 2º - APRESENTADO PARECER COM O PROJETO DE RESOLUÇÃO, ACOLHENDO OU DENEGANDO O RECURSO, SERÁ O MESMO SUBMETIDO A UMA ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA ORDEM DO DIA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA OU EXTRAORDINÁRIA QUE SE REALIZAR.

ART. 209 - A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA É FIXADA EM LEI PRÓPRIA E EM REGULAMENTO APROVADO PELA MESA.

ART. 210 - A CONSULTORIA GERAL DO PODER LEGISLATIVO; É ÓRGÃO JURÍDICO DA CÂMARA, A QUEM CABE, ALÉM DE OUTRAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, MANIFESTAR-SE POR SOLICITAÇÃO DA MESA SOBRE AS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DE ELABORAÇÃO COMPLEXA OU TRAMITAÇÃO ESPECIAL.

ART. 211 - AS INTERPRETAÇÕES DE CARÁTER NORMATIVO ADOTADO PELA CÂMARA SERÃO LANÇADAS EM LIVRO PRÓPRIO.

ART. 212 - O MANDATO DOS ATUAIS INTEGRANTES DA MESA DA CÂMARA PERMANECE INALTERADO, DEVENDO A ELEIÇÃO DA NOVA MESA REALIZAR-SE NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA E DESTE REGIMENTO INTERNO.

ART. 213 - OS CASOS OMISSOS NESTE REGIMENTO SERÃO RESOLVIDO PELO PLENÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - A SECRETARIA DA CÂMARA SE INCUMBIRÁ DE PROCEDER A DISTRIBUIÇÃO DESTE REGIMENTO INTERNO A TODOS OS VEREADORES E SUPLENTES, AUTORIDADES E LIDERANÇAS LOCAIS, ÓRGÃO ESTADUAIS E FEDERAIS COM SEDE NO MUNICÍPIO E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

ART. 214 - ESTA RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

SALA DAS SESSÕES, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1996.